



# Anais da Assembléia

N.º 119

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1983.

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 112.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1983.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Anibal Khury e Irondi Pugliesi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Iván Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE.

MENSAGEM N.º 122/83. *Prop. 123/83*  
Curitiba, 13 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 19/83, celebrado em 07 de fevereiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a implantação de um micro-sistema de abastecimento de água na sede distrital de Iguiporã e Vila Bom Jardim.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 123/83

*Prop. 124/83*  
Curitiba, 13 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos

aditivos de revigoração, datados de 26 de julho de 1983, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios adiante mencionados visando a execução de obras de interesse público.

Município	n.º e data do Convênio aditado	
Santa Terezinha do Itaipu	10/83	04.03.83
Santa Terezinha do Itaipu	11/83	04.03.83
Marechal Cândido Rondon	20/83	07.02.83.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 124/83.

*Prop. 125/83*  
Curitiba, 13 de outubro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos de revigoração, datados de 28 de julho de 1983, aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios adiante mencionados visando a execução de obras de interesse público.

Município	n.º e data do Convênio aditado	
Guaíra	01/83	26.01.83.
Guaíra	02/83	26.01.83.
Santa Helena	04/83	07.02.83
Santa Helena	05/83	07.02.83.
Santa Helena	06/83	07.02.83.
Santa Helena	07/83	07.02.83.
Foz do Iguaçu	08/83	26.01.83.
Foz do Iguaçu	13/83	26.01.83
São Miguel do Iguaçu	14/83	26.01.83.
São Miguel do Iguaçu	15/83	07.02.83.
São Miguel do Iguaçu	16/83	07.02.83.
Marechal Cândido Rondon	18/83	07.02.83.
Marechal Cândido Rondon	19/83	17.02.83.
Marechal Cândido Rondon	21/83	07.02.83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 125/83.

*Prop. 126/83*  
Curitiba, 13 de outubro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para fins de referendo dessa augusta Casa de Leis, a inclusa cópia

autêntica do termo (Resolução n.º 231/83), datado de 04 de agosto de 1983, de alteração dos Atos Constitutivos integrantes de Convenio que criou o Sistema CODESUL- BRDE, firmada pelos governadores dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado.  
**RESOLUÇÃO N.º 231**  
Data: 04.08.83.

Os governadores dos Estados-Membros do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul- CODESUL, no uso de suas atribuições legais, em face as modificações conjunturais surgidas desde a criação dos Sistema CODESUL/BRDE e tendo em vista o decidido em reunião realizada no Palácio Piratini, em Porto Alegre, no dia 22 de março de 1983.

#### RESOLVEM:

I— Alterar o artigo 26 dos Atos Constitutivos integrantes do convênio ratificado e retificado aos treze dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e seis, o qual passará a ter a redação constante do Anexo a esta Resolução.

II— Em conseqüência, deverão ser feitas as devidas adaptações aos artigos 21, 28, 29 e 30 do Regimento Interno do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE.

III— A presente Resolução será submetida à aprovação das Assembléias Legislativas Estaduais, em cumprimento ao artigo 46, do mesmo Convênio.

Florianópolis, em 04 de agosto de 1983.

Governador JOSÉ RICHIA  
Presidente

Governador ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO  
Vice-Presidente

Governador JAIR DE OLIVEIRA SOARES  
Vice-Presidente

#### ATOS CONSTITUTIVOS

##### ANEXO À RESOLUÇÃO N.º 231/83.

Art. 26: A Diretoria, composta de sete membros, terá a seguinte constituição:

a) um Diretor-Presidente, indicado em rodízio, pelos Governadores, devendo aludida indicação recair, preferencialmente, em membros da Diretoria;

b) um Diretor-Financeiro e um Diretor de Planejamento, escolhidos pelos Governadores que não indicarem o Diretor-Presidente;

c) um Diretor Representante de cada Estado participante, de designação do respectivo Governador, e

d) um Diretor Representante da União, de designação do Presidente da República.

§ 1.º — Os Governadores, em comum, escolherão, dentre os demais membros da Diretoria, quem deva, juntamente com o respectivo Diretor-Presidente, exercer funções de Vice-Presidente.

§ 2.º — Os Diretores Representantes dos Estados terão, assim como os demais, atribuições específicas nos negócios do Banco, e também a supervisão das respectivas Agências.

§ 3.º — O mandato do Diretor-Presidente será de um ano, e de quatro anos o dos demais membros da Diretoria.

§ 4.º — Ainda que não vencidos os prazos fixados pelo parágrafo precedente, ter-se-á por extinto o mandato:

a) do Diretor-Financeiro ou do Diretor de Planejamento escolhido pelo Governador que titular a Presidência, no momento da titulação;

b) de todos os membros da Diretoria, exceto o do Dire-

tor Representante da União, trinta dias após empossados os Governadores;

c) do Diretor Representante da União, noventa dias após empossado o Presidente da República.

#### REGIMENTO INTERNO

Art. 21: A Diretoria do Banco, composta de sete membros, terá a seguinte constituição:

a) um Diretor-Presidente, indicado em rodízio pelos Governadores, devendo a aludida indicação recair, preferencialmente, em membro da Diretoria;

b) um Diretor-Financeiro e um Diretor de Planejamento escolhidos pelos Governadores que não indicaram o Diretor-Presidente.

c) um Diretor Representante de cada Estado de designação do respectivo Governador;

d) um Diretor Representante da União, de designação do Presidente da República.

§ 1.º — Os Governadores, em comum, escolherão, dentre os demais membros da Diretoria, quem deva, juntamente, com o representante Diretor-Presidente, exercer as funções de Vice-Presidente.

§ 2.º — Os Diretores Representantes dos Estados terão, assim como os demais, atribuições específicas nos negócios do Banco e também a supervisão das respectivas Agências.

§ 3.º — O mandato do Diretor-Presidente será de um ano e de quatro anos, o dos demais membros da Diretoria.

§ 4.º — Ainda que não vencidos os prazos fixados pelo parágrafo precedente, ter-se-á por extinto o mandato:

a) do Diretor-Financeiro ou do Diretor de Planejamento, escolhido pelo Governador que titular a Presidência, no momento da titulação.

b) de todos os demais membros da Diretoria, exceto o Diretor Representante da União, trinta dias após empossados os Governadores.

c) do Diretor Representante da União, noventa dias após empossado o Presidente da República.

Art. 28: Compete ao Diretor de Planejamento:

a) dirigir, na Administração Geral do Banco, o funcionamento da área de planejamento;

b) acompanhar, em consonância com o Presidente e os Diretores das Agências, as atividades das Gerências de Planejamento, prestando-lhes orientação normativa e técnica;

c) propor alternativas e participar, em coordenação com o Presidente e os demais Diretores do processo de captação de recursos financeiros;

d) planejar e acompanhar as aplicações de recursos financeiros, a nível de BRDE como um todo, objetivando uma atuação regional.

Art. 29: Compete ao Diretor-Financeiro:

a) dirigir, na Administração Geral do Banco o funcionamento da área financeira;

b) acompanhar, em consonância com o Presidente e os Diretores das Agências, as atividades das Gerências Financeiras das agências, prestando-lhes orientação normativa e técnica;

c) participar, em coordenação com o Presidente e os demais Diretores, do processo de captação com o Presidente e os demais Diretores, do processo de captação de recursos, e acompanhar a sua execução financeira;

d) acompanhar e analisar o desempenho financeiro do banco.

Art. 30: Compete ao Diretor Representante da União:

a) dirigir, na ADGER, o funcionamento das áreas administrativas e de processamento de dados.

b) acompanhar, em consonância com os diretores das agências, as atividades das Gerências Administrativas nas Agências, prestando-lhes orientação normativa e técnica.

c) desenvolver políticas e sistemas que envolvam recur-

serviços humanos, serviços gerais e organizações e métodos, em consonância com as diretrizes emanadas da diretoria.

d) desenvolver todo processo de nomeação, promoção, punição e demissão de funcionários de qualquer categoria, em concordância com o diretor da dependência envolvida, para aprovação da presidência;

e) deliberar em conjunto com os diretores das dependências, sobre processos de emissão de portarias ou formalização de contratos de prestação de serviços ou de trabalhos;

f) acompanhar, em articulação com o diretor de planejamento, as providências necessárias ao retorno das aplicações das verbas federais ou internacionais;

g) acompanhar os contatos com órgãos federais;

h) receber os relatórios do Banco Central do Brasil, Tribunal de Contas, auditoria externa e auditoria interna do banco, bem como tomar conhecimento de correspondências dirigidas àqueles órgãos, encaminhando as medidas necessárias para a regularização das situações mencionadas;

i) dirigir o funcionamento das áreas de auditoria interna.

(a) Governador JOSÉ RICHÁ

Presidente do CODESUL

ERASMO GARANHÃO

Secretário Executivo

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 126/83

Curitiba, 13 de outubro de

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva considerar como área especial de interesse turístico para os fins do disposto na Lei Federal n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977, artigo 1.º, incisos I, III, V e VI, a área de 66.732.9900 ha (sessenta e seis mil, setecentos e trinta e dois hectares e noventa e nove ares), situada nos municípios de Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras, com as medidas e especificações do respectivo memorial descritivo, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 4.484/81.

A anexa exposição de motivos elaborada pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, diz, com o devido detalhamento, sobre os elevados objetivos, oportunidade, necessidade e grande interesse público de que é revestida a medida ora submetida a essa augusta casa de leis.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Considera-se área especial de interesse turístico para os fins do disposto na Lei Federal n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977, artigo 1.º, incisos I, III, V e VI, a área de 66.732.9900ha (sessenta e seis mil, setecentos e trinta e dois hectares e noventa e nove ares) situada nos municípios de Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras, com as medidas e especificação do respectivo memorial descritivo, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 4.484/81.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a baixar normas disciplinando o controle e as condições para a ocupação do solo, considerando os aspectos referentes aos bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico, à proteção dos recursos naturais renováveis, às paisagens notáveis, às localidades e acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer.

Parágrafo único — As normas administrativas necessárias ao cumprimento desta lei, serão especificadas através do decreto no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Art. 3.º — O Poder Executivo fica autorizado a permutar áreas devolutas ou patrimoniais por imóveis particulares compreendidos dentro do perímetro mencionado no artigo 1.º desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O anteprojeto de lei que tenho a honra de submeter à elevada apreciação de vossa excelência, objetiva declarar, nos termos da lei federal n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977, como área especial de interesse turístico, o imóvel destinado ao parque marumbi I.

Esse imóvel, que é constituído de terras públicas e particulares possui, de acordo com as medidas e demais especificações do memorial descritivo aprovado pelo decreto n.º 4.484, de 30 de novembro de 1981, área de 66.792.9900 hectares, e está situado nos municípios de São José dos Pinhais, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Piraquara, Morretes e Antonina.

A afetação desse perímetro como área especial de interesse turístico é congruente com o objetivo do governo estadual, no sentido de implementar severa legislação protetora e efetiva fiscalização.

A preservação dos bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico, dos recursos naturais renováveis, das paisagens notáveis e dos acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer que tão bem caracterizam aquela região, constituíram os motivos que ensejaram esta proposição, aliados à necessidade de disciplinar o uso e as condições para a ocupação do solo, mormente agora que está a caracterizar-se a caducidade da declaração de utilidade pública para fins de desapropriação dos imóveis particulares nele situados.

Cabe salientar, entretanto, que resta, como diploma legal único destinado à proteção da área, o Decreto n.º 5.591/78, mantido pela lei n.º 4484/81, que declara permanentes, nos termos do artigo 3.º, alíneas a, c e h, da lei n.º 4.771/65 — código florestal — as florestas nativas tanto de domínio público como de domínio particular, com a finalidade de atenuar a erosão, formar faixas de proteção ao longo das rodovias e ferrovias e assegurar condições de bem-estar público.

Porém, isso não basta. É preciso que o poder público estadual lance mão de outros recursos legais para sustar definitivamente o grave problema da depredação e degradação dos ecossistemas naturais da região ocasionados pela ação humana, através de um disciplinamento de uso e condições para ocupação do solo, levando em conta que a curto prazo, outro caminho não há além do proposto, qual seja, o de limitar administrativa e gratuitamente o uso da propriedade na forma preconizada pela lei 6.513/77, que permite aos estados e municípios normatizarem complementarmente, essa matéria dentro de suas faixas de competência, atendidas as necessidades e peculiaridades regionais.

Vale ressaltar a necessidade de disciplinar a matéria através de ato legislativo, uma vez que a Lei n.º 7.389, de 12 de novembro de 1980, restringiu-se aos territórios dos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá, abrangendo exclusivamente uma pequena parcela da área destinada ao Parque Marumbi.

Com esse ato, estar-se-á atendendo a impostergável obrigação do Estado, no tocante à preservação da área em todos os seus aspectos sociais e ecológicos.

Destaque-se que na regulamentação da presente lei, o Poder Executivo elaborará plano de administração e fiscalização da área, sob a coordenação do ITC e execução conjunta pelos órgãos competentes da administração estadual.

Finalmente, cabe salientar a outorga de autorização para o Poder Executivo permutar áreas devolutas ou patrimoniais, por imóveis particulares existentes dentro do perímetro, possibilitará, a médio prazo, transferir o domínio dessas terras ao Estado do Paraná.

É o que submete-se à apreciação.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 127/83. Curitiba, 13 de outubro de 1983.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 10 de agosto de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Guaíra e Matelândia, objetivando a execução de obras públicas em conformidade com o Programa Especial do Oeste do Paraná- PRODOPAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 128/83. Curitiba, 13 de outubro de 1983.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio, celebrado em 19 de agosto de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o município de Assis Chateaubriand, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná-PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 129/83. Curitiba, 13 de outubro de 1983.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo n.º 01, datado de 1.º de setembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o município de Jardim Alegre, objetivando a execução de obras em

conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná- PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob o n.º 2.118/83-GP., de 14 do mês próximo passado, da senhora deputada Elizabeth Azize, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, encaminhando cópia autêntica do requerimento n.º 575, de autoria da deputada Maria do Socorro Dutra Lindoso, aprovado pelo plenário desse poder, em reunião realizada em 26 do mês de agosto do ano em curso, solicitando que se organize uma Comissão de Emergência para angariar recursos possíveis dentro e fora da Assembléia e com vigência nos próximos 15 dias, destinados às vítimas da seca e encaminhados a quem de direito para cumprimento dessa proposta.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 104/83, de 13 do mês em curso, do senhor vereador João Batista F. da Silva, presidente da Câmara Municipal de São João, estado do Paraná, manifestando apoio à Indicação n.º 165/83, da Câmara Municipal de Iporá, no sentido de ser criada no Estado do Paraná a Carteira de Previdência, com benefício aos deputados e vereadores.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 020/83/mc, de 11 do mês em curso, do senhor vereador Sigmar Schievelbein, 1.º vice-presidente da Câmara Municipal de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, encaminhando cópia da proposição de autoria do vereador Remídio dos Santos Garcia, subscrita pelos edis Adair L. de Oliveira, Laudares Urrutia e Iolando Maurenre, aprovada por essa Casa Legislativa, solicitando a paralisação total do Acordo Nuclear Brasil/Alemanha e que os recursos sejam empregados na alimentação na habitação, na saúde, na educação e na irrigação do Nordeste brasileiro.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 04/83, de 05 do mês em curso, do senhor vereador doutor Antônio Figueira Filho, presidente da Câmara Municipal de Jales, estado de São Paulo, encaminhando cópia autêntica do requerimento n.º 21/83, de autoria do vereador doutor Lair Seixas Vieira; aprovado por unanimidade em sessão ordinária, realizada dia 27 de setembro de 1983, solicitando que sejam devolvidos aos vereadores os poderes de iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre matéria financeira e que aumentem despesas ou diminuam receita, revogados depois da Revolução de março de 1964.

Ao conhecimento da casa.

REQUERIMENTO.

Senhor presidente.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 149/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento no dia 21 de outubro, aos 45 anos de idade, em Curitiba, do senhor Dante Werneck Violani. Deixa viúva a senhora Denize Violani e três filhos, Daise, Dante e Gilberto. O extinto era pessoa bem relacionada em Curitiba.

Requeiro, ainda, seja cientificada da decisão desta Casa, a família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor JUVENAL BORGES, ocorrido no dia 23 do corrente na cidade da Lapa, neste Estado.

Outrossim, solicita que da decisão da Mesa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na madrugada do último dia 21 de outubro de José Gomes do Amaral.

Figura de destaque social, o extinto era diretor-presidente da COPASA - Companhia Paranaense de Silos e Armazéns. Nascido em 14 de outubro de 1937, Gomes do Amaral era formado em Economia e Administração na Fundação Getúlio Vargas. Fundou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, escolas onde lecionou e desempenhou funções de direção. Político militante, foi deputado federal pelo MDB — eleito em 1974 — tendo sido candidato à Prefeitura de Ponta Grossa, no último pleito. Como empresário, foi diretor-financeiro do Frigorífico Buritis, em Brasília, da Reflorestadora e Administradora Buritis, da Reflorestadora Rio das Ondas e da Barreiras Reflorestadora Ltda., além de funcionário do Banco do Brasil. Amigo dos pobres e mais humildes — como facilmente pode-se verificar em seu féretro —, onde pessoas de todas as classes sociais compartilhavam a dor da família enlutada. Gomes do Amaral deixa uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requerem, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

EDMAR LUIZ COSTA

ODENI MONGRUEL

ANTÔNIO ANIBELLI

ADHAIL SPRENGER PASSOS

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a aprovação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. JOSÉ GOMES DO AMARAL, ex-deputado federal, exercendo a presidência da COPASA, ocorrido dia 21 passado.

Requer ainda que, do presente, se dê ciência a seus familiares, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que se insira na ata dos trabalhos legislativos um voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-deputado federal JOSÉ GOMES DO AMARAL, diretor-presidente da COPASA.

Outrossim, requer, que da decisão desta Casa se dê conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. JOSÉ GOMES DO AMARAL, ex-deputado federal pelo PMDB, economista e administrador de empresa, ex-professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e ex-funcionário do Banco do Brasil. Como empresário, foi diretor financeiro do Frigorífico Buritis, com sede em Brasília, e atualmente vinha desempenhando o cargo de diretor-presidente da COPASA - Companhia Paranaense de Silos e Armazéns.

O sr. José Gomes do Amaral, gozava de grande prestígio perante a comunidade paranaense, onde, na qualidade de representante político, sempre defendeu com nobreza e dignidade as suas causas.

Desta decisão, requer seja dado ciência aos seus familiares, residentes na Rua Dr. Colares, 219, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que se insira na ata dos trabalhos legislativos um voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-deputado GREGÓRIO BEZERRA, falecido em 22 do corrente, na cidade de São Paulo.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

## JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de que o ex-deputado, contribuiu ao longo de seus 83 anos de idade, soberbamente à organização dos sindicatos rurais na zona canaviêira de Pernambuco, enfrentando, as milícias armadas dos usineiros e senhores de engenho.

Quando do golpe militar de 1964, em 02 de abril do mesmo ano é preso pela Polícia Militar, no município de Cortes, tentando dar fuga a líderes camponeses, quando é entregue ao Comandante do Quartel de Motomecanização, no Recife.

O comandante o recebe a golpes de cano de ferro e Gregório Bezerra desmaia; é acorrentado e obrigado a caminhar numa poça com ácido de bateria. Amarram três cordas em seu pescoço e é arrastado sobre britas; é condenado em 1967 a 19 anos de prisão.

Banido do País em 1969, retornou com a anistia em 29 de setembro de 1979 ao Rio de Janeiro, engajando-se de imediato ao PMDB, contra o arbítrio, concorrendo em 1982, às eleições a deputado federal pelo Estado de Pernambuco, mas entretanto, não conseguiu eleger-se.

Durante toda a sua vida lutou contra o imperialismo, pela organização da classe operária, através de seus sindicatos forjando na luta uma legenda feita de FERRO e FLOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, votos de congratulações a excelentíssima senhora vereadora Claudete David, por tornar-se recentemente a nova integrante da Câmara Municipal de Vereadores de Engenheiro Beltrão.

No atual momento de crise porque passa a nação brasileira, sofrem diretamente os municípios que, sem recursos, estão, em sua maioria, em estado de insolvência, ante o centralismo da arrecadação tributária por parte do governo federal, havendo como consequência, a má distribuição de recursos.

Nesta linha, os cargos são funções públicas cuja importância é determinada conforme a ação de seus condutores, tornando-se imprescindível o exercício destas atividades voltadas fundamentalmente para os reais interesses da comunidade. Contudo, estes anseios coletivos devem se constituir inegavelmente dos interesses específicos ou individuais de cada cidadão.

À medida que isso é possível, haverá por certo, a possibilidade ao menos, de se inverter a situação, restabelecendo novas garantias sociais, econômicas e políticas.

Tal conjuntura faz com que se destaque sobremaneira, o comportamento político do vereador, tendo em vista o seu envolvimento no cotidiano dos diversos setores que compõem a estrutura de um município, base de qualquer país.

É no âmbito municipal, onde deve estar representada a maior expressão em termos de direcionamentos seguros para a solução dos graves problemas nacionais.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação na ata dos trabalhos desta sessão plenária, de um voto de regozijo à Associação dos Empresários do Centro Industrial de Araucária, Fundada, organizada e já em atividade, essa associação tem como um de seus fundamentos básicos o desenvolvimento das empresas sob sua jurisdição, com reflexos no aperfeiçoamento da sociedade, aumentando a oferta de empregos, gerando receita e contribuindo para a expansão da economia do Paraná. O Centro Industrial de Araucária conta com 89 empresas, das quais 48 localizadas em sua área específica, outras 10 de apoio e 31 localizadas fora de sua área, mas alcançadas pelo seu controle, num total de quase seis mil trabalhadores. Destas empresas, 25 já fazem parte da AECIAR. A primeira diretoria da entidade que estamos homenageando é presidida pelo empresário Celso Gusso e tem como vice-presidentes os empresários Luiz Cesar Zaniolo e Rüdiger Zoch, Osvaldo Davanzo como diretor-financeiro e João Carlos Valim como diretor adminis-

trativo.

Requer, ainda, se dê ciência do presente aos diretores acima nominados.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao excelentíssimo senhor Governador veemente, apelo no sentido de que seja determinado aos órgãos da administração direta ou indireta do Estado, a maior presteza na resposta a pedidos de informações feitos por membros desta Casa, nos termos do que dispõe a legislação atinente.

Requer, outrossim, sejam alertados os senhores secretários de estado e diretores das empresas estaduais que o não atendimento dos pedidos de informações os torna coniventes com as possíveis irregularidades que se pretende apurar e, por isso mesmo, sujeitos às penas da lei.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício ao excelentíssimo sr. dr. DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sejam tomadas as providências necessárias, através do DER, no sentido de que seja efetuado o cascalhamento da estrada que liga os municípios de Planalto e Pérola do Oeste, passando pelo distrito de Centro Novo, enviando-se cópia deste requerimento ao dr. OLIVO ZANELLA, DD. Diretor Geral do DER, bem como ao sr. SEBALDO WACLAWOVSKY, presidente da Cooperativa Agropecuária de Capanema Ltda., em Capanema.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A região de Centro Novo, no município de Planalto, é uma das mais importantes em volume de produção agropecuária do Sudoeste do Estado, destacando-se na produção de suínos, soja, milho, feijão e trigo, com predominância do pequeno e médio produtor.

Aproximando-se mais uma época de colheita do feijão, urge que sejam tomadas as medidas necessárias para o escoamento da produção, evitando-se o risco da perda, que viria ocasionar prejuízos sérios não só ao agricultor, mas também ao Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo deputado federal Aroldo Moleta, digníssimo Coordenador da Bancada do PMDB no Congresso Nacional, no sentido de estabelecer parâmetros de apoio à Política Nacional de Informática, repudiando todas as pressões internas ou externas que procuram modificá-la em benefício de grupos poderosos, obtendo-se com a aprovação urgente de mecanismos legais, a estímulo e a proteção permanentes ao desenvolvimento tecnológico nacional, buscando-se, outrossim, assegurar, pelo instrumento da reserva de mercado, a emancipação tecnológica do País, como também, o disciplinamento dos capitais estrangeiros que atuam no setor de informática.

E, nesse sentido, segue em anexo documento firmado

por diversas entidades representativas da área em questão, a qual faz parte integrante da presente proposição.

Outrossim, uma vez aprovada a presente seja dada ciência da mesma à Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos - ABICOMP; à Associação Nacional dos Profissionais de Processamento de Dados - APPD NACIONAL; à Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Informática; à Sociedade Brasileira de Computação; à Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários, à Associação dos Profissionais de Processamento de Dados do Paraná - APPD-PR, e aos seguintes órgãos do governo federal, a saber: Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN; ao Ministério da Indústria e do Comércio e à Secretaria Especial de Informática.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoio: Paulo Furiatti, Trajano Bastos, Orlando Pessuti, Fiori Luiz, Rubens Bueno, Gernote Kirinus, Tadeu Lúcio Machado, Sabino Campos, Roberto Requião, Nilso Sguarezi, Ervin Bonkoski, Caíto Quintana, Hermas Brandão, Tuguo Setogutte, Mário Pereira, Edmar Luiz Costa, Anibal Khury, Nelson Vasconcellos, Eduardo Baggio, Márcio Almeida, José Antônio Fonseca, Amélia Hruschka, Irondi Pugliesi, Djalma de Almeida César, Nestor Baptista e Artagão Mattos Leão.

JUSTIFICATIVA:

#### EM DEFESA DA TECNOLOGIA NACIONAL

A tecnologia constitui, hoje, um instrumento por meio do qual as nações mais avançadas submetem os países subdesenvolvidos à condição de importadores de produtos sofisticados de aplicação, muitas vezes, questionável. Em contrapartida, resta-lhe a exportação de mão-de-obra barata e de suas riquezas naturais. Por essa razão, o caminho da soberania passa necessariamente pela emancipação tecnológica. E somente através de competência tecnológica própria, as nações menos desenvolvidas poderão encontrar soluções para os reais problemas nacionais.

Existe um esforço deliberado por parte das nações industrializadas, em caracterizar tecnologia, não como um bem cultural que ela é, mas como uma mercadoria objeto de transações comerciais. Tecnologia, por ser habilidade, não se compra nem se transfere, mas se desenvolve no exercício, na prática.

Dentre os vários campos de desenvolvimento tecnológico, o de informática é, sem dúvida, uma das mais importantes pela sua penetração em todos os setores da sociedade. O Brasil optou pela implantação de uma política de desenvolvimento tecnológico na área de informática que vem mostrando grande eficácia para garantir o domínio nacional dessa tecnologia, e tornar a nação mais autônoma e menos dependente.

A política nacional de informática é inovadora, mesmo no âmbito internacional. Graças a ela, o Brasil se transformou em pouco tempo, de mero usuário de máquinas importadas, em produtor, capaz de gradativamente passar a dominar todo o ciclo tecnológico desse setor. Esta estratégia capacitou empresas genuinamente nacionais a projetar, fabricar e utilizar sistemas de informática.

O sucesso da política nacional de informática contraria interesses substantivos que hoje, com o objetivo de destruir os mecanismos que sustentam todo o investimento nacional do setor, articulando-se no sentido de explorar, ainda mais, o atraente mercado brasileiro.

RECONHECENDO QUE: a soberania de uma nação está condicionada à sua capacitação tecnológica, este processo de capacitação tecnológica decorre da atividade prática interna, a partir do reconhecimento dos problemas propostos pela realidade nacional, sendo a indústria genuinamente nacional o instrumento de consolidação de tecnologia desenvolvida

no País;

Uma indústria nacional com tecnologia própria, construída com base no mercado interno, tendo a capacidade de desenvolver produtos diferenciados e sem sofrer restrições por parte de licenciadores externos, é a única que pode exportar de maneira significativa;

A indústria nacional, por garantir o uso intensivo, em seu processo produtivo, de inteligência brasileira aprimorada nas instituições de ensino e pesquisa, possibilita o completo domínio de todo o ciclo tecnológico;

Os resultados conseguidos até agora demonstram que a indústria nacional de informática caminha para a maturidade, gerando mais e melhores empregos, produzindo os sistemas de informática necessários ao desenvolvimento do País com menor dispêndio de divisas, comparadas às multinacionais do setor que nele operam;

Somente uma indústria nacional de informática tecnologicamente competente, poderá criar condições para desenvolvimento de uma tecnologia de uso dos sistemas adequada à realidade nacional.

ABICOMP — Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos.

APPD NACIONAL — Associação Nacional dos Profissionais de Processamento de Dados

ASSESPRO NACIONAL — Associação Brasileira das Empresas de Serviço de Informática

SBC — Sociedade Brasileira de Computação

SUCESU NACIONAL — Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, que após ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, e a excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, solicitando-lhe, urgência e prioridade quanto à execução do Programa Asfáltico às ruas e alamedas existentes dentro do Campus da UEM, em Maringá.

Outrossim, requer, que a decisão desta Casa se dê conhecimento aos excelentíssimo senhor prefeito municipal, ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, aos excelentíssimos senhores vereadores municipais e ao magnífico reitor da Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação de urgência e prioridade quanto à execução do Programa Asfáltico de Ruas e Alamedas, existentes dentro do Campus da UEM, prende-se ao fato de que em épocas de chuvas, causam enormes transtornos à comunidade universitária.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, que após ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, e ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe urgência e prioridade na execução da obra de pavimentação asfáltica do trecho que liga os municípios de Santa Fé a Nossa Senhora das Graças.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato da necessidade óbvia de melhorar as condições de escoamento de produtos agrícolas, nos respectivos municípios e na região, sendo que

os serviços de pavimentação asfáltica no mencionado trecho, viriam estancar os prejuízos que, em muitos casos, tem ocorrido mais notadamente no período de chuvas, tornando alguns trechos intransitáveis.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, que após ouvido o plenário seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado e ao excelentíssimo sr. secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe, urgência e prioridade na execução da obra de pavimentação da estrada que liga os municípios de Kaloré a Juciara, e o cascalhamento da estrada que liga os municípios de Kaloré-Meloca-Jociara.

Outrossim, Requer, que a decisão desta Casa se dê conhecimento aos excelentíssimos sr. prefeito municipal, ao excelentíssimo sr. presidente da Câmara Municipal, aos excelentíssimos srs. vereadores municipais e aos excelentíssimos srs. presidentes das agremiações partidárias.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

#### JUSTIFICATIVA.

A presente solicitação prende-se ao fato da necessidade óbvia de melhorar as condições de escoamento de produtos agrícolas, nos respectivos municípios e nos circunvizinhos, os serviços de pavimentação asfáltica, como também os de cascalhamento, mencionados no presente requerimento, viriam estancar os prejuízos que, em muitos casos, tem ocorrido mais notadamente no período de chuvas, tornando alguns trechos intransitáveis.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador e, a excelentíssima sra. secretária de Estado da Educação, solicitando-lhe urgência e prioridade de uma Suplementação Orçamentária, destinada à CASA DOS ESTUDANTES DO PARANÁ, cuja aplicação será destinada à compra de alimentos, haja vista que as casas encontram-se em gravíssima situação financeira.

Tal solicitação prende-se ao fato de que atualmente vários estudantes universitários, tem desmaiado de fome, inclusive, prejudicando o próprio aprendizado escolar.

Outrossim, Requer que da decisão desta Casa se dê conhecimento à secretaria de Casas de Estudantes do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, e ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde, solicitando-lhe que no Plano de Investimentos seja colocada a construção do Hospital Municipal de Kaloré.

Outrossim, REQUER que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao senhor prefeito municipal, ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, como também aos excelentíssimos senhores vereadores, e aos presidentes das agremiações partidárias existentes no município de Kaloré.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA.

Considerando que o município de Kaloré, atualmente com 8.369 habitantes, não dispõe de nenhuma Casa de Saúde, inclusive quando da ocorrência de doentes os mesmos são deslocados às cidades vizinhas distantes em um raio aproximado de 50 km, motivo pelo qual muitos vêm a perecer.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, que após ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, e ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe, urgência e prioridade na execução da pavimentação das ruas do distrito de Iguatemi, no município de Maringá, bem como do acesso à Fazenda Experimental da UEM, localizada no mesmo distrito.

Outrossim, Requer, que a decisão desta Casa se dê conhecimento ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, aos excelentíssimos vereadores municipais, e aos excelentíssimos senhores presidentes das agremiações partidárias, no município de Maringá.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

#### JUSTIFICATIVA.

A presente solicitação prende-se ao fato de que o distrito de Iguatemi, é um distrito em fase de expansão industrial e de grande produção agrícola, contribuindo de forma bastante acentuada na arrecadação do Estado, através do ICM, recolhido não somente através da Usina de Alcool, mas também através da comercialização de seus produtos agrícolas, tendo uma população bastante progressiva.

Quanto ao acesso à Fazenda Experimental da UEM, existente neste distrito, a presente solicitação, prende-se ao fato de que esta fazenda é um centro de pesquisa à serviço da agricultura do estado do Paraná, à nível de pesquisa agropecuárias, contribuindo enormemente para o aprendizado dos futuros engenheiros agrônomos e atividades afins.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de que seja enviado os materiais relacionados em anexo, para o Colégio Carlos Gomes- Ensino de 1.º e 2.º graus, no município de Ubitatã.

Trata-se de procurar oferecer uma melhor estrutura para práticas esportivas e culturais, sendo que atualmente dadas as condições, os professores ficam impossibilitados de realizar nestas duas áreas, condizentes com a determinação legal vigente atualmente, aulas de melhor nível.

Torna-se necessário assegurar ao conjunto dos estudantes daquele Educandário, que são mais de 1.300, a colocação prática e imediata de uma política que vise fundamentalmente a eliminação dos problemas ora discurridos, que comprometem inegavelmente, os propósitos de ensino nas normas curriculares.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja realizado estudos quanto a viabilidade de se implantar uma agência do Instituto de Previdência do Estado- IPE, na municipalidade de Terra Boa.

Em observação profunda ao Plano de Ação 1983/86, do governo estadual, em sua versão preliminar, nota-se no que diz

respeito às metas no setor da saúde e saneamento, os objetivos claros de adotar-se uma política de descentralização administrativa e financeira dos organismos de atendimento neste setor, bem como a municipalização progressiva dos serviços de atenção primária à saúde, com o devido apoio tecnológico. Esta regionalização ampla e efetiva, se faz necessária, sendo também a de acompanhar este processo, como encaminhamento democrático, a participação da população na condução da política de saúde.

A criação portanto, da agência do IPE no município de Terra Boa, está sem dúvida alguma, incluída, nos propósitos de ampliação condizente de serviços de saúde e assistência social do funcionalismo público, naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja estudado a possibilidade de destinar equipamentos gerais para a Delegacia de Polícia, bem como uma viatura para o distrito de Malu, pertencente a municipalidade de Terra Boa.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Elso Garcia Segura, prefeito municipal, onde afirma, através de correspondência enviada, a urgência de se proceder o reaparelhamento daquele organismo policial, afim de que o mesmo possa oferecer segurança e tranquilidade a toda a coletividade, fato que atualmente por muitas vezes não existe, em face das mais diferentes ações dos marginais, nem sempre reprimidos pelos agentes policiais, impossibilitados ante a situação inadmissível daquele órgão.

Pelas justificativas ora discorridas faz-se necessário a tomada de providências capazes de permitir a normalização que é ora proposto.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor presidente da COPEL — Companhia de Energia, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior no sentido de se proceder a iluminação de uma quadra de esportes no Colégio Estadual Duque de Caxias, localizado no município de Goioerê.

De iniciativa da senhora professora Maria Iliane Sales de Araujo Faccin, diretora daquele estabelecimento, onde afirma, segundo correspondência, a importância da referida obra sendo que quando executada, evitará o deslocamento dos estudantes do período noturno, praticantes de diversas modalidades esportivas, para outra escola, um verdadeiro transtorno. Ademais, esta situação acarreta prejuízos ao rendimento dos discentes, uma vez que a limitação na carga horária, compromete sobremaneira as previsões curriculares.

Pelas razões apresentadas, torna-se fundamental a tomada de medidas que possam vir a contribuir para a existência de melhores condicionamentos, para aquele Educandário, no que tange à prática do desporto.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, dr. Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando a efetivação das devidas medidas para a criação e instalação de uma subdivisão policial, com sede no município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA.

A segurança da população, quando submetida a riscos e instabilidades, merece tratamento prioritário. E hoje encontramos a Região Central do Paraná sob uma segurança debilitada, além das limitações comuns impostas por uma crise sócio-econômica decorrente de uma política de marginalização.

Tais fatos podem ser constatados através dos acontecimentos policiais, ocorridos na região durante este ano, amplamente divulgados pela imprensa regional, em especial pelo Jornal "Tribuna da Cidade". A segurança da região tem servido de instrumento para perpetração de assassinatos diversos, assalto a bancos, assalto à mão armada, furtos de carros, fugas das cadeias de Ivaiporã e Jardim Alegre, apesar do esforço e dedicação das autoridades policiais locais.

No sentido de superar tais problemas, entendemos ser necessário a aplicação de diversas medidas, melhorando a estrutura da Secretaria de Segurança da região, dotando-a de instrumentos necessários para atendimento exclusivo da região, que depende de subdivisão policial com sede em outra região. E a principal dessas medidas é a criação de uma subdivisão policial com sede em Ivaiporã, que, a título de sugestão, poderá abranger os municípios de Manoel Ribas, Cândido de Abreu, Jardim Alegre, Grandes Rios, São João do Ivaí, Faxinal, São Pedro do Ivaí, Borrazópolis, Ortigueira, Lunardelli e Kaloré, além da própria sede.

A necessidade de atendimento a esse pedido não é de hoje, pois a presente foi objeto de proposta da Secretaria de Segurança em anos anteriores. Não foi aprovada por motivos que desconhecemos. E como fruto dessa ocasião, temos hoje o prédio da cadeia de Ivaiporã projetado e construído para sediar uma subdivisão policial.

Por outro lado, o atendimento a esta reivindicação virá atender aos anseios da população da região central do Paraná.

Por esses motivos, senhores deputados, cremos na justeza dessa solicitação, que ora submetemos à vossa apreciação.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário, a transcrição, na Ata dos trabalhos desta Sessão, da crônica jornalística publicada na edição do dia 23 de outubro deste ano na "Gazeta do Povo", à 6.ª página do 1.º caderno, conforme cópia em anexo, de autoria do suplente do deputado federal Carlos Nasser.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### Projetos de Lei.

#### PROJETO DE LEI N.º 185/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a destinar à Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, verba mensal equivalente a 2.000 ORTN's.

Parágrafo Único — Para efeito de cálculo, será considerado o valor da ORTN do mês em que ocorrer a liberação do auxílio de que trata este artigo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, há mais de 40 anos, pratica atos de benemerência, atendendo a indigentes e desvalidos do Paraná e de outros Estados do País. É responsável por um conjunto de hospitais: Hospital de Caridade, com 389 leitos; Hospital Psiquiátrico Dom Alberto, com 500 leitos; Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz, com 200 leitos, num total de 1.089 leitos, dos quais, 403 destinados, exclusivamente, a pessoas pobres. Os indigentes, gratuitamente, recebem leito, alimentação completa, medicamentos, enfermagem e tratamento clínico e cirúrgico, com assistência de especialistas do melhor padrão técnico-científico, que nada recebem da Irmandade pela prestação de tão valioso trabalho. Apenas em 1982 o Hospital de Caridade atendeu a 17.970 enfermos indigentes, numa demonstração de solidariedade àqueles que, pobres e despojados de recursos financeiros, para preservar o bem maior, a vida, socorrem-se da obra extraordinária de todos os que fazem a grandeza da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

#### PROJETO DE LEI N.º 194/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a destinar verba anual correspondente de 1.000 (mil) ORTN's à Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá.

Parágrafo Único — Para efeito de cálculo, será considerado o valor da ORTN do mês em que ocorrer a liberação do auxílio de que trata este artigo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

É notória a dificuldade financeira que a Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá vem passando para prestar assistência aos menos favorecidos da Sociedade.

Justo, portanto, que o Estado preste auxílio para que essa meritória entidade continue a prestar relevantes serviços no campo de assistência social e médica, substituindo assim as funções do Poder Público.

Ao apresentar o presente Plano de Lei manifesto a certeza que merecerá o total apoio e aprovação dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI N.º 195/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — É autorizada a criação, nos municípios do Paraná, do Fundo Municipal de Previdência do Legislador Municipal - FUMPLEM, com personalidade jurídica própria, sede e foro no município em que for criado, por legislação própria.

Art. 2.º — O fundo de que trata o artigo anterior tem por finalidade a concessão de benefícios de aposentadoria e pensão por invalidez aos vereadores da Câmara Municipal e ao Prefeito Municipal.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) DONATO GULIN.

#### PROJETO DE LEI N.º 196/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Parque Estadual do Cadeado.

Parágrafo Único — Seu território abrangerá a Serra do Cadeado até a Serra dos Mulatos, na divisa dos municípios de Ortigueira e Marilândia do Sul.

Art. 2.º — O governo do Estado providenciará a demarcação da referida área, procedendo às desapropriações que se fizerem necessárias.

Parágrafo Único — Nessas desapropriações estará incluída a área de terra pertencente à Telepar, onde se localiza a sua estação retransmissora.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Este projeto já foi objeto de apresnetação pelo deputado José Domingos Scarpellini, em 15 de outubro de 1981, recebendo nessa ocasião o número 120/81. No entanto, não obteve a aprovação definitiva, tendo sido arquivado por determinação da resolução 32/83.

Em vista de sua importância, nós o estamos reapresentando, considerando inclusive os pareceres favoráveis emitidos pelas Comissões de Constituição e Justiça, Ecologia e Meio Ambiente, e Agricultura, Indústria e Comércio.

O projeto visa a criação de um parque para a preservação da sua flora e fauna, localizado em sua importante reserva florestal do Estado, que vem sofrendo as mais diversas ações depredatória e devastadoras, em função de inescrupulosos interesses econômicos. Fim a que todos devemos louvar, haja vista as grandes devastações das florestas ocorridas nas duas últimas décadas.

Acreditamos ser bastante oportuno este projeto, num momento em que surgem associações diversas com o exclusivo fim de defesa da preservação do meio ambiente, entre as quais destacamos a iniciativa da própria Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, desta Casa de Leis, que criou o Conselho Estadual de Ecologia e Meio Ambiente.

O objeto aqui visado tem sua importância incontestável, não só pelos motivos expostos, como também por inúmeros outros. Fatos que destacam a justeza do projeto que submetemos à apreciação dos senhores deputados, a exemplo do que foi proposto pelo deputado José Domingos Scarpellini na legislatura anterior.

#### PROJETO DE LEI N.º 197/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE CIANORTE "ACEC", com sede e foro no município de Cianorte.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade em apreço está perfeitamente adequada aos preceitos da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública. Os documentos em anexo demonstram-no.

Assim sendo, esperamos que os ilustres pares com assento nesta Casa, acolham esta nossa pretensão dando-nos seu apoio e posteriormente sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI N.º 198/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, com

sede e foro nesta Capital.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, entidade que ora pretendemos seja declarada de utilidade pública, vem trabalhando em benefício e proteção dos gráficos de nosso Estado há mais de 40 anos, representando-os perante as autoridades e demais associações, no sentido da solidariedade profissional e dos interesses nacionais.

A documentação anexa, comprova que a entidade em apreço, preenche os requisitos exigidos pela lei que regula a matéria de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Senhor presidente, senhores deputados.

A segurança da população, quando submetida a riscos e instabilidades, merece tratamento prioritário. E hoje encontramos a região Central do Paraná sob uma segurança debilitada, além das limitações comuns impostas por uma crise sócio-econômica decorrente de uma política de marginalização.

Tais fatos podem ser constatados através dos acontecimentos policiais, ocorridos na região durante este ano, amplamente divulgados pela imprensa regional, em especial pelo jornal "Tribuna da Cidade". A segurança da região tem servido de instrumento para perpetração de assassinatos diversos, assalto a bancos, assalto à mão armada, furtos de carros, fugas das cadeias de Ivaiporã e Jardim Alegre, apesar de esforços e dedicação das autoridades policiais locais.

No sentido de superar tais problemas, entendemos ser necessário a aplicação de diversas medidas, melhorando a estrutura da Secretaria de Segurança na região, dotando-a de instrumentos necessários para atendimento exclusivo da região, que depende de Subdivisão Policial com sede em outra região. E a principal dessas medidas é a criação de uma Subdivisão Policial com sede em Ivaiporã, que, a título de sugestão, poderá abranger os municípios de Manoel Ribas, Cândido de Abreu, Jardim Alegre, Grandes Rios, São João do Ivaí, Faxinal, São Pedro do Ivaí, Borrazópolis, Ortigueira, Lunardelli e Kaloré, além da própria sede.

A necessidade de se atender esta nossa solicitação, de se criar uma Subdivisão Policial na cidade de Ivaiporã não é um pedido só de hoje, recente, pois no passado, uma proposta idêntica a esta, feita à Secretaria de Segurança e não mereceu a devida aprovação por motivos que nós desconhecemos. Entendemos mais, senhor presidente, senhores deputados, que esta reivindicação da nossa população da região central do Paraná é por demais justa, por demais necessária e só para exemplificar os fatos de insegurança que reside naquela região. Neste final de semana, no município de Pitanga, assaltantes tomaram como refém o padre João de Avis, de Ivaiporã, que por ocasião da efetivação do assalto foi baleado e encontra-se hospitalizado na cidade de Pitanga, com risco de vida, inclusive.

Por este motivo entendemos como justo este nosso pedido, esta nossa reivindicação, que não é só nossa, mas de todas as lideranças políticas do Vale do Ivaí e da região central do Paraná, no sentido de que a Secretaria de Segurança além de aumentar o seu efetivo naquela região, promova a criação desta Subdivisão Policial na cidade de Ivaiporã que certamente virá dotar a nossa região de um melhor aparato policial, de melhores equipamentos no sentido de coibir todos estes atos de insegurança por

que passa a nossa região central do Paraná, especificamente, os nossos municípios de Ivaiporã, Jardim Alegre, Manoel Ribas e Pitanga, com atos de violência os mais sérios possíveis a todo dia, a toda hora, a todo instante.

Neste sentido estamos encaminhando requerimento a esta Casa e esperamos o apoio de todos os senhores deputados ao nosso requerimento.

Era só, senhor presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, senhor deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor presidente, senhores deputados.

Sempre devotamos grande respeito a todas as pessoas que na História têm se mostrado capazes de testemunhar pela sua vida a crença em suas ideologias.

É por esta razão que em nossa sociedade estereotipada, não temos em absoluto qualquer inquietação em termos de valorizar todos aqueles que foram campeões das causas democráticas e que souberam, através do próprio sacrifício, acreditar numa ideologia que representou para eles uma razão de vida.

É desta forma, senhor presidente, senhores deputados, que pretendemos em nosso pronunciamento externar o nosso profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado Gregório Bezerra, falecido no dia 22 próximo passado, em São Paulo.

Gregório Bezerra, com 83 anos de idade, dedicado a organização dos Sindicatos Rurais da zona canavieira em Pernambuco, foi alguém que acreditou numa causa e enfrentou as milícias armadas dos usineiros e senhores de engenho, da época.

Durante o golpe militar de 64, logo em seguida, a 2 de abril do mesmo ano, foi preso pela Polícia Militar no município de Côrtes, tentando dar fuga a líderes camponeses, quando então foi entregue ao comandante do Quartel do Motomecanização do Recife; o comandante na época o recebeu a golpes de cano de ferro. Gregório Bezerra foi acorrentado, obrigado a caminhar sobre o ácido de baterias, amarrado com cordas no pescoço e arrastado sobre britas e finalmente condenado, em 1962, a 19 anos de prisão.

Banido do País, em 1969, retornou com a Anistia, em 20 de setembro de 1979, ao Rio de Janeiro, engajando-se de imediato ao PMDB, contra o arbítrio, concorrendo às últimas eleições de 82 a deputado federal pelo Estado de Pernambuco, não conseguindo entretanto, eleger-se. Durante a sua vida lutou pela organização da classe operária, através de sindicatos, forjando na luta uma legenda feita com lágrimas, sangue e torturas, mas principalmente merecedor do nosso respeito como um ideólogo das causas populares deste País.

Analogamente, senhor presidente, senhores deputados, externamos também o nosso profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado federal, doutor José Gomes do Amaral, na cidade de Cascavel e diretor presidente da Copasa, até o último instante da sua vida.

Estivemos ainda no final da semana em companhia dos deputados Orlando Pessuti e Paulo Furiatti, acompanhando de perto o drama de centenas de universitários, de Curitiba, atormentados pelo espectro do desamparo nas Casas de Estudantes Universitários.

Senhores deputados, no instante em que a juventude é aquilo que sempre foi, a reserva maior de nossas esperanças, todos nós devemos cerrar fileiras para que o MEC, que há 3 anos não manda um centavo sequer, para a manutenção das casas dos estudantes, saia de sua pose omissa e entenda que investir na formação dos nossos jovens não deixa de ser o norteamento básico de um País.

Casas que estão cortando almoços dos jovens universitários ...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica a vossa excelência que

seu tempo está esgotado.

O SR. TADEU FRANÇA — ... representam um drama perante o qual todos devemos nos unir e solidarizar.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, senhor deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Encontra-se tramitando nesta Casa, desde o dia 7 de outubro, quando para aqui foi remetido pelo Poder Executivo Estadual, um anteprojeto de lei destinado a alterar alguns dispositivos da Lei nº 7.051, de 4 de dezembro de 1978.

A lei em questão, que versa sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado, contém graves omissões em seu texto, especialmente no que se refere ao regime jurídico dos servidores integrantes daquela coordenação, e dos lotados na Secretaria de Estado das Finanças.

Vem o presente anteprojeto de lei, oriundo da Mensagem 120/83, de pleno acordo com os interesses superiores da Administração do Estado, consubstanciar o resultado de estudos desenvolvidos em conjunto pelas Secretarias de Estado das Finanças, do Planejamento e de Recursos Humanos, com o objetivo primordial de corrigir as injustiças e prejuízos gerais da citada lei, sobre a classe fiscal.

Entre outros benefícios, a medida ora em exame nesta augusta Casa de Leis, concede a oportunidade de aposentadoria a funcionários que ultrapassaram a época de requerê-la, que em razão da lei congelar os proventos de inatividade, estavam impedidos de requerer suas aposentadorias sob risco de verem seus proventos diluídos mês a mês. Diante desta situação, o referido projeto vem reduzir de 6 para 3 meses o cálculo da média de produtividade ao tempo da protocolização do pedido de aposentadoria.

Vem também, este projeto, classificar nas iniciais das séries de classes correspondentes, todos aqueles que após a entrada em vigor da Lei nº 7.051, completaram, por esforço próprio, o curso médio ou superior. Esta é uma medida que inclusive já foi adotada para todos os servidores do Estado, possibilitando que seja corrigida a distorção de haver servidores com curso superior no grau AF-4, destinado aos servidores com curso ginasial; a causa essencial deste problema é que não há reclassificação por acesso.

Outro dispositivo que este projeto contempla, é a promoção interna de funcionários da Coordenação de Receita do Estado para vagas existentes, que estão vagas por mortes e aposentadorias concedidas aos seus funcionários; preve, também, a abertura de um concurso público destinado a suprir as vantagens iniciais.

Modifica ainda a Lei nº 7.051/78, nos aspectos referentes à seleção do quadro de pessoal, passando a exigir maior escolaridade para as séries de classes AF-2 e AF-3, curso superior e secundário respectivamente; equaliza o tratamento dado aos funcionários tanto na Secretaria de Estado das Finanças como na Coordenação da Receita do Estado, que atualmente ao ocupar cargo comissionado sofrem redução de proventos.

Com relação à retribuição dos casos de licenças e férias, muda o cálculo da média do que o funcionário recebe nos últimos 6 meses, para os últimos 3 meses, propondo que a média seja de percentuais que acompanhariam eventuais aumentos. O que acontece atualmente, é funcionários recebendo média com valores de dois anos atrás, por estarem em tratamento de saúde.

Por último, abre a oportunidade de acesso aos funcionários da administração direta, de órgãos integrantes da Secretaria das Finanças. A medida objetiva aproveitar o pessoal com

expediência nos quadros da administração fazendária, valorizando elementos que já comprovaram sua adequação a essas atividades específicas, proporcionando àqueles servidores a devida profissionalização e oportunidade de ascensão na carreira.

Por todos estes motivos, já requeremos regime de urgência na tramitação do projeto de lei destinado à alteração da Lei nº 7051/78, prestando justiça à classe dos funcionários fisco arrecadadores."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"A homenagem a que nos propomos prestar, outorgando o título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor TORAO TOMITA, presidente do COTONIFÍCIO KURASHIKI DO BRASIL LTDA., com sede na cidade de Ponta Grossa, objetiva expressar o nosso reconhecimento pela expressiva contribuição que tem dado esse cidadão ao desenvolvimento do País, através de atividades empresariais no setor industrial, com marcantes reflexos nos campos econômico e social paranaenses.

A moderna administração está voltada para as práticas inspiradas nas linhas de pensamento surgidas em torno das noções de sistemas de análises, onde ressaltam alguns dos desenvolvimentos mais específicos da tecnologia administrativa, na qual uma nova maneira de pensar está sendo aplicada, mediante a discussão inteligente de idéias novas e complexas, e que estão em constante desenvolvimento.

Homens que assim pensam e atuam, estão trazendo uma valiosa contribuição ao desenvolvimento da tecnologia administrativa.

É assim que vemos o empresário TORAO TOMITA, natural do Japão, onde nasceu a 26 de março de 1926, graduando-se Bacharel em Economia pela Universidade Nacional de Osaka; um incansável batalhador para que germinem as idéias de fazer com que os operários recolham, desde logo, os reflexos sociais resultantes da produção e da riqueza que ajudam a construir, daí surgindo um salutar acordo entre o capital e o trabalho.

O ilustre homenageado chegou ao Brasil em 1972 com o objetivo de pesquisar a viabilidade econômica de instalar uma fábrica de algodão e, dada as condições favoráveis, retornou, na mesma data, para legalizar na Junta Comercial do Paraná, a constituição da Empresa COTONIFÍCIO KURASHIKI DO BRASIL LTDA.

O senhor TORAO TOMITA se inclui entre os agentes empenhados em ampliar os benefícios adicionais aos trabalhadores, orientando, aplicando seus conhecimentos, suas idéias e sua ação nesse sentido. Não restam dúvidas de que as empresas serão melhor servidas quanto mais robustos, instruídos, conscienciosos e estáveis forem seus trabalhadores. Na verdade, o empresário no próprio interesse do seu negócio, deve cuidar da saúde, do vigor físico, da instrução, da moradia e da estabilidade de seus empregados.

Esses elementos, que contribuem para a boa marcha de um negócio, não são adquiridos unicamente nas oficinas, nas fábricas ou nas indústrias: eles se formam e se aperfeiçoam também, e principalmente fora delas, na família, na escola, e na vida civil e religiosa.

Apresento a homenagem, consagro o exemplo que deve ser seguido pelos empregadores, no sentido da melhor utilização possível da faculdade de seus operários e empregados, assim como a melhor forma de retribuição pelo seu trabalho, objetivos justos a atingir.

O progresso empresarial será difícil, se não impossível de ser concretizado, se não forem determinadas relações huma-

nas dentro da empresa, possibilitando, assim, uma harmonia entre o empregador e empregados. A estes é preciso fazer-lhes ver, em que medida o seu trabalho é fundamental para os bons resultados da tarefa conjunta. É indispensável dar-lhes consciência da valia do seu esforço, para o sucesso coletivo. Eles precisam de alguém, que lhes demonstre que são importantes e indispensáveis."

Estes são, portanto, alguns aspectos que nos inspiram a propor esta homenagem do Estado do Paraná ao ilustre homem de empresas, senhor Torao Tomita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, senhor deputado Ervin Bonkoski, no Pequeno Expediente.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos encaminhando requerimento à Mesa, para a devota votação, dirigido ao excelentíssimo senhor governador do Estado e também ao senhor secretário dos Transportes, reivindicando asfaltamento de estrada no município de Rio Negro, e nós temos a considerar este requerimento, nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve usando de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente ao excelentíssimo senhor governador do Estado José Richa e ao senhor secretário dos Transportes Deni Lineu Schwartz, solicitando providências no sentido de que seja asfaltado o leito da estrada primária que liga a cidade de Rio Negro ao limite do município de Piên, numa extensão de 38 quilômetros.

JUSTIFICATIVA:

O trecho para o qual é solicitada a melhoria, interliga diversos distritos e povoados que formam uma região altamente produtiva. O asfalto virá beneficiar uma região industrialmente desenvolvida, contando com mais de duas dezenas de indústrias moveleiras, e de agricultura ativa, sendo grande produtora de milho e outros produtos. O grande problema dos produtores é a precariedade das estradas que muitos prejuízos tem causado. O asfalto é uma imperiosa necessidade, ligando a região citada à Rodovia BR-116, e, por conseguinte, aos centros consumidores do Sul e do Norte do País.

Portanto, é inteiramente justa a reivindicação, objeto deste, merecendo total apoio."

"Senhor presidente, senhores deputados.

Entendemos nós que não é possível haver desenvolvimento sem integração e a integração física está fundamentada principalmente nas estradas, nas boas estradas. Estradas que unam em vez de separar as cidades, os municípios, as populações.

Por isso desejamos expressar aqui a imperiosa necessidade de ser asfaltada a estrada de leito primário que liga a cidade de Rio Negro ao município de Piên, integrando uma região produtiva que se mais não produz deve-se ao empecilho ao progresso e ao desenvolvimento que representa a falta de comunicação.

São apenas e tão somente 34 quilômetros. Um trecho relativamente pequeno se considerarmos os imensos benefícios que trará, face a importância da região. Ao longo desses 34 quilômetros estão diversos distritos em franco desenvolvimento. Trata-se de uma região industrialmente desenvolvida, com mais de duas dezenas de indústrias somente no ramo de móveis, a agricultura também é bastante ativa sendo uma das grandes produtoras de milho do Estado, além de inúmeros outros produtos agrícolas.

É desnecessário dizer que toda essa produção precisa ser

escoada para os centros consumidores, mas pela estrada que existe hoje, isso é quase impossível e muitos têm sido os prejuízos causados à economia regional, e por conseguinte estadual, devido a falta de condições de tráfego. Boas estradas são essenciais para o desenvolvimento, para o progresso, para a integração de todos os paranaenses".

Esta estrada que nós estamos requerendo, senhor presidente, senhores deputados, é a sede do município de Rio Negro à zona dos Lajeados, Lajeado dos Vieiras, Lajeado das Mortes, e se estende para formar a grande malha, onde até o município de Piên e a estrada que sai da BR-116, que vai a Agudos ligando Piên, e, posteriormente, de Agudos a Tijucas do Sul, e de Tijucas do Sul, como nós já reivindicamos, em requerimentos anteriores, vai ligar a BR-376, formando a grande malha dos municípios sulinos responsáveis pelo progresso, pelo desenvolvimento do passado, e, que, hoje, ainda, continuam ativos, dando, sem dúvida alguma, um grande respaldo à economia paranaense.

Estamos, portanto, senhor presidente, senhores deputados, apresentando à consideração da Mesa esse requerimento ao excelentíssimo senhor governador do Estado, para entender melhor a situação, ao senhor secretário dos Transportes, reafirmando a ele a importância — já que fizemos isso em outras ocasiões, do asfaltamento da estrada de Rio Negro, Piên, passando pelos lajeados, que é a área industrial de Rio Negro, área que vai emancipar, economicamente, esse grande município tradicional da região Sul do Estado do Paraná.

Portanto, é com justeza e é com muita necessidade que apresentamos essa reivindicação em favor dessa tão laboriosa população de Rio Negro e municípios vizinhos que têm a mesma necessidade.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. (Lê):

"A política econômica está nas mãos do governo federal.

Como ela, a política dos salários, a política agrícola, o desenvolvimento urbano, as ações da educação e da cultura, a fixação dos preços e dos demais índices que vivem a gerir nossas vidas, também estão nas mãos do governo federal.

É o governo federal quem centraliza a assistência médica e social, o apoio à produção e ao desenvolvimento comercial e industrial, a política de comunicação, o desenvolvimento tecnológico, a solução dos problemas habitacionais e tantas outras necessidades das nossas vidas.

Estas afirmações, senhores deputados, dão a impressão, numa análise rápida, de que nada pode o governo do Estado fazer para atender as necessidades básicas da população. E nos inquieta o fato de ouvirmos com frequência estas afirmações algumas vezes acompanhadas de indagações do tipo — para que é que foram eleitos governador, senador, deputados, prefeitos e vereadores? Para ficarem somente protestando e se lamentando quanto a esta centralização?

Nós sabemos que não, mas temos todos nós também, consciência que as palavras, se não forem seguidas de ações, nada representam.

O povo espera de todos nós, nesta Casa, a apresentação de soluções para os seus problemas, sejam quais forem.

Se é verdade que neste País vivemos uma excessiva e asfixiante centralização no governo federal, é verdade também que não estamos de mãos amarradas.

É verdade que, com criatividade, conseguimos soluções.

Um exemplo nos foi dado, pelo governador Iris Resende, no Estado de Goiás, que, num mutirão, construiu mil casas para os invasores de terrenos de Goiânia, num só dia de trabalho.

Mais de 20 mil pessoas trabalharam no mutirão, que transformou uma idéia em realidade.

Necessitamos, nos dias de hoje, de soluções criativas, de idéias que não fiquem só nas cabeças, ou em folhas de papel, mas que se transformem em realidade.

A centralização de recursos nas mãos do governo federal, se verdadeira, não representa também que a centralização de idéias e soluções exista.

Todos nós, cada um de nós, é livre para ter idéias.

E nós, como representantes do povo, temos é que tornar estas idéias realizáveis.

Vivemos, senhores, tempos difíceis.

Tempos de dificuldades econômicas de recessão, de desemprego, de fome, de desnutrição, de marginalização, de problemas sociais imensos, que serão agravados, se não tomarmos algumas iniciativas.

Vivemos tempos de colheitas difíceis, tempos em que devemos - mais do que nunca - nos preocuparmos com novas semeaduras, para que no futuro possamos colher bons frutos.

Vivemos um tempo onde as crianças estão abandonando as escolas, para trabalhar e até para viver na marginalidade, roubando para sobreviver.

Estamos criando agora o nosso futuro.

Estamos agindo de acordo?

Em alguns setores talvez sim, em outros certamente não.

Vivemos em um país de mais de 120 milhões de habitantes, dos quais mais de 60 % tem menos de 21 anos.

Um país jovem, que deveria apresentar um vigor jovem.

Mas, se pegarmos como exemplo deste vigor, o esporte nos veremos em situação de grande fragilidade.

Nos últimos jogos panamericanos, por exemplo, Cuba, que deve ter 6 por cento da nossa população e cerca de 1 por cento da nossa área, obteve o dobro de medalhas das conquistadas pelos brasileiros.

Não falo aqui em regime político, mas, sim, em um povo bem alimentado e sadio, que preparado está para enfrentar as dificuldades do cotidiano, pela prática do esporte.

Não vencemos todas as batalhas que enfrentamos em nossas vidas, até, pelo contrário, mais perdemos que vencemos.

E só a prática esportiva pode nos preparar adequadamente para assimilar as derrotas e receber as vitórias com humildade.

O esporte nos prepara para a vida, física e espiritualmente.

Mas, hoje, no Brasil, o esporte é praticado por uma minoria. Por uma elite. E o esporte é elitizado a partir das escolas onde se exige dos alunos, para praticar educação física, a aquisição de tênis, meia, camiseta e calção, numa época que falta dinheiro para alimentação. E a elitização chega a tal ponto que os maiores recursos são canalizados para belas construções de ginásios de esporte onde a criança de calça rota que já foi impedida na escola, nem coragem tem de solicitar permissão para utilizar. Utilizam-se dessas caras instalações, via de regra, os bem uniformizados jovens normalmente já sócios de algum clube social onde podem praticar esportes.

Não há neste país, um programa de ação efetivo, que trane maciça a participação das pessoas na prática desportiva. Nem para adultos, muito menos para crianças. Chega-se a ter vergonha de fazer ginástica, educação física, quem pratica, busca um local longe de olhares curiosos: um clube ou uma academia.

**O Sr. Tadeu França** — Vossa excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Deputado Mário Pereira, estamos acompanhando atentamente o seu pronunciamento. Na realidade, esta proposta de voltar a escola basicamente para o aluno carente, para o aluno necessitado, para o aluno que passaria a permanecer mais na escola. Realmente, começa e haverá de iniciar tendo uma grande resposta ao nosso menor que mal passa pelos bancos escolares e que, geralmente, vai caminhar pelas

ruas, desaprendendo pela falta de ambiente e falta de estímulo os poucos conceitos educativos adquiridos na escola.

Através do esporte, através de uma formação integral, através da permanência por mais tempo no recinto escolar, principalmente do aluno mais carente, do menor abandonado, do órfão, sem dúvida alguma, será a consolidação de que vossa excelência afirma, deputado Mário Pereira, a criatividade em se tratando de soluções educacionais para nossa gente, poderá de fato ser a grande resposta para o problema, não dos milhares, mas dos nossos milhões de menores abandonados que perambulam pelas ruas desaprendendo o pouco talvez, que tenham aprendido na escola.

Parabéns, portanto, e que esta iniciativa venha caracterizar que uma alternativa de fato popular, voltada para o mais carente, é a única necessária e a grande saída para a crise educacional na qual nós estamos vivendo.

**O SR. MÁRIO PEREIRA** — Agradeço o aparte do Deputado Tadeu França. **(Continua lendo).**

" Esta situação se agrava pela desnutrição, pela falta de saúde, pela fuga das escolas e pela marginalidade, em termos de juventude.

E é por causa desta situação, e pela preocupação que deve ser de todos nós em preparar na melhor forma possível a nossa juventude, que ocupo, hoje, esta tribuna.

Venho, ciente das dificuldades que este país e seu povo vivem, ciente das centralizações de recursos existentes, e ciente de que tenho em mãos uma idéia realizável, propor o desenvolvimento de um programa especial, no Paraná, para um adequado preparo do futuro: das nossas crianças.

Proponho nesta Casa, hoje, que o governo José Richa implante no Paraná um programa de saúde, esporte e alimentação para a população do Paraná, tendo como motivação primeira, a disputa entre bairros de cada uma das cidades deste estado, o Estado do Paraná, em convênio com Prefeituras Municipais, forneceria professores de educação física, alimentação e material esportivo.

Desta forma, estes professores fornecidos pelo estado, pela Secretaria da Cultura e do Esporte, organizariam em cada um dos bairros de cada uma das cidades atendidas por este programa, através da inscrição das crianças que estiverem matriculadas na rede escolar, um grupo de crianças que praticariam ginástica e esportes olímpicos, diariamente, por duas horas, quem estudar de manhã praticará esporte à tarde, quem estudar à tarde, pela manhã.

O professor de educação física fornecido pelo Estado, formará, monitores para auxiliá-lo e esses monitores seriam pagos pelas prefeituras.

A segunda motivação para que as crianças aderissem a este plano de massificação do esporte, seria a alimentação. Estando ela matriculada em alguma escola como condição para poder participar desse plano, faria então, duas refeições diárias evitando um grande problema, reflexo da fome e do desemprego, que é a prisão em massa que está ocorrendo em todas as delegacias do Paraná, de menores que roubam para comer, praticando os ditos crimes famélicos.

Além de prepararmos fisicamente e alimentarmos, teríamos possibilidade de educar a criança, porque o esporte forma o caráter, faz com que a criança aprenda a perder e continue disputando até alcançar a vitória. Ensina, principalmente, a perder. Nós na nossa vida cotidiana, perdemos com muito mais frequência do que alcançamos vitórias. E é importante, portanto, saber assimilar a derrota sem desistir da luta e receber a vitória com humildade.

Os que se sobressaíssem receberiam um treinamento especial, aí sim, nos ginásios de esportes. E a infraestrutura, srs. deputados e isso é importante, para a aplicação desse plano, nós já temos. Não precisamos de quadras de esportes, de construir ginásios de esportes, de canchas cobertas, nós temos as

ruas, que se no meu tempo não tinham asfalto e era na rua que nos divertíamos, hoje, já são asfaltadas, onde se pode jogar vôlei, basquete, correr, enfim, praticar atletismo, ginástica e esporte. Para dar a refeição, já temos também a infra-estrutura, que são as cantinas das escolas equipadas convenientemente com panelas, com apetrechos necessário para a elaboração da merenda.

Bastaria em torno de escolas de bairros, diariamente ir mudando a rua que por duas horas deveria ser interrompida ao tráfego de automóveis, sempre próximo de uma escola e teríamos todas as cidades como num passe de mágica, equipadas com "canchas de esporte" e com cantinas para servir as refeições sem se investir, absolutamente nada.

Paralelamente, esqueçamo-nos da centralização na área médica e utilizemo-nos da rede de Postos de Saúde do Estado, espalhados por todo o Paraná, e facilmente com as crianças envolvidas nesse programa, poderemos atender as necessidades básicas de saúde que iniciam pelo combate à verminose e às doenças da pele, sem gastar também mais nada em infra-estrutura.

O PMDB, srs. deputados, prega a democratização através da organização social, e aí eu faço um parêntese agora e digo: "Que se o PMDB prega a democratização através da organização social, eu que fui presidente por 8 anos de um diretório da minha cidade, Cascavel, tenho como experiência de que nada adiantam criar sub-diretórios, associações de bairros, PMDB jovem, feminino, trabalhista, se não der a eles uma atividade. Reunem-se uma vez, duas vezes, e se não tiverem uma atividade definida acabam desistindo por falta exatamente do que discutir. Acho importante que se dê apoio quando se cria uma atividade para que possa com essa atividade se afirmar, se firmar esta organização.

Está, portanto, aí, senhores deputados, uma oportunidade de deflagrar o movimento, pois o PMDB, repito, prega a democratização através da organização social.

Em cada bairro, as crianças estarão sendo alimentadas e cuidadas em sua saúde, praticando esportes, forjando o caráter e os pais, evidentemente, estarão tranquilos, não precisando, muitos deles, induzir seus filhos ao roubo para matar a fome; e aí está uma motivação para se criar as associações de bairro com a colaboração dos vereadores de cada cidade, com tarefas especificadas, inicialmente, a ajudar na alimentação e intercalar a merenda escolar através de sopas preparadas pelas pessoas que compõem a associação de bairro. Cria-se a associação e já se dá em seguida uma tarefa a ela. Depois de criada a associação, é evidente que haverá ela de se interessar por muitos outros problemas da comunidade e estará então tendo voz aquele bairro.

A necessidade da associação de bairro em preparar a alimentação fará com que se apercebam os moradores daquele bairro, da necessidade das hortas. Das hortas coletivas, das hortas caseiras e das hortas escolares, e as prefeituras poderão até fornecer sementes para que se tornem realidade as hortas,

Dessa forma, através desse programa, de alto alcance social, que é um investimento naquilo que de mais valor nós temos em nosso Estado, que é a gente paranaense, estaria o povo recebendo alimentação, recebendo educação, recebendo assistência médica, divertindo-se forjando o caráter e melhorando as aptidões físicas com custo praticamente insignificante.

Para se ter uma idéia de como se gasta pouco com a alimentação escolar neste Estado, vou fornecer um dado: no Paraná, hoje, são atendidas pela merenda escolar, um milhão quinhentos e setenta e duas mil crianças, e até o dia dez de setembro, não chegou a dois bilhões de cruzeiros o valor gasto com esta merenda escolar, aliás, fornecida pelo governo federal.

Traria ainda, com conseqüência secundária, mas de grande efeito, a demonstração de que o Paraná está se tornando in-

discutivelmente, campeão brasileiro de qualquer modalidade de esporte amador. Nós quebraríamos o apoio da Igreja, Exército, Polícia Militar, clubes de serviço e cooperativas, para que todos incentivassem a prática do esporte e da educação física, e quem sabe, partindo desse programa corajoso aqui do Estado do Paraná não tenha o Brasil de continuar se envergonhando nas suas participações em torneios internacionais.

Eu proponho, portanto, senhor presidente, que o Governo do Estado, assuma este plano e para tal, implante um projeto piloto em 16 cidades do Paraná, com uma média de 15 bairros por cidade, o que daria um total de 240 bairros, e portanto, 240 professores fornecidos pelo Estado, atendendo nesse plano piloto aproximadamente setenta e duas mil crianças. Este plano piloto deverá ser acompanhado para que se avalie perfeitamente os resultados, corrija-se as distorções e se passe então, depois de um ano, a um projeto global para todo o Estado do Paraná.

Pois, senhores deputados, não imaginamos ter no Paraná todas as crianças praticando esporte, mas, imaginamos, que pelo menos centenas de milhares de pessoas participem desse programa ainda nesse atual governo. E mais, um sem número de pessoas, que motivadas, perdendo a inibição, entusiasmadas pela prática de esporte e da educação física, mesmo fora do programa, passariam também a estas práticas sadias.

Voltando aos custos do programa, quando falo de equipamentos esportivos, são os mais simples possíveis, assim como por exemplo, para que se levante uma rede de vôlei, bastam dois tambores enchidos com areia, e já está pronto o suporte para que se estenda a rede de vôlei ou tabela de basquete. E neste plano poderão participar jovens descalços, ou calçados, de calça rota ou calção, com camisa ou sem. Os custos para o Estado, como bem pode notar, serão reduzidos e mais reduzidos poderão ficar, à medida que forem sendo assumidos pela comunidade mesmo através de convênios, os quais poderão ser firmados com o Governo Federal.

**O Sr. Adhail Sprenger Passos** - Vossa excelência permite um aparte ? (Assentimento).

Agradeço a concessão do aparte e quero me congratular com vossa excelência por este projeto que tão bem apresenta a esta Casa, aqui e agora. Quero dizer também que isto agrada-me extraordinariamente porque vem colocar-me num passado recente quando em 1969 propusemos, na condição de vereador à Câmara Municipal de Curitiba, ao então prefeito Omar Sabag, que elaborasse um projeto desta natureza, mais especificamente em relação ao esporte e à educação física. Desta proposição nossa, apresentada com muito detalhamento na Câmara Municipal de Curitiba, deu origem a um convênio já na administração Jayme Lerner, entre a Escola Superior de Educação Física, hoje integrada no contexto da Universidade Federal do Paraná, e a prefeitura Municipal de Curitiba, no sentido de que a prefeitura montasse um elenco de equipamentos esportivos em especial nos bairros periféricos da cidade.

Caberia à direção da Escola Superior de Educação Física estabelecer um trabalho de prática esportiva orientada, utilizando o corpo discente desta mesma escola.

Isto se fez em Curitiba. E ainda se faz. Daí a construção de vários locais com equipamentos esportivos os mais diversos. Sem falar, infelizmente, mal orientada com relação à localização, porque em vez de atender os bairros periféricos, cujas crianças não têm clubes esportivos para exercitar a sua potencialidade física, infelizmente a localização foi mal estabelecida pela administração municipal em Curitiba. Atende os bairros de classe média-alta e classe alta, como é o exemplo dos jardins ambientais no Cristo Rei, por sinal

bairro onde moro. Lá todos nós, moradores, somos sócios de clubes esportivos. Queríamos que estes conjuntos esportivos fossem colocados nos bairros periféricos da Cidade, onde a criança não tem possibilidade de frequentar clubes esportivos.

Mas quero dizer para concluir e pedindo vênha pelo aparte extenso, para dizer a vossa excelência que um aspecto da educação física do jovem e da criança, tem um aspecto que vossa excelência ainda não abordou e quero trazer nesta oportunidade. É pelo esporte, pela prática da educação física, que poderemos combater a toxicomania. Não é pela polícia. É dando ao jovem a possibilidade, a oportunidade de exercitar atividades sadias, preenchendo o tempo vazio que possa ter, preenchendo suas horas de lazer; é oferecendo equipamentos de recreação ativa no campo do esporte, que faremos com que o jovem não se desvie para atividades que façam mal a si, à sua família e à própria sociedade.

Não é com estrutura policial.

Eu me parabeno com vossa excelência e faço este aparte, para dizer que vossa excelência está tocando hoje num assunto, que eu como parlamentar e também como professor, para mim este assunto é um dos mais caros entre muitos assuntos que eu costumo debater e analisar.

Meus parabéns a vossa excelência.

**O SR. MÁRIO PEREIRA** - Eu agradeço o aparte do nobre professor e deputado Adhail Sprenger Passos e repetindo parte do discurso digo deputado Adhail, que nós poderemos num passe de mágica transformar o Paraná todo, equipado perfeitamente para prática de esportes, de ginástica, utilizando as ruas que estão aí em torno de todas as escolas do Estado do Paraná.

Concedo o aparte do deputado Donato Gulin.

**O Sr. Donato Gulin** - Agradeço o aparte de vossa excelência e queria inclusive parabenizá-lo por esse pronunciamento na tarde de hoje e principalmente pela iniciativa, porque recorro-me neste momento quando fazíamos parte da Câmara Municipal de Curitiba, como vereador, que o ex-prefeito Jayme Lerner e o ex-prefeito Saul Raiz tentaram, iniciaram, inclusive uma feitura de canchas esportivas em todas as praças de Curitiba, lamentavelmente, nós não sabemos por que motivo não deu para complementar todas essas praças.

Mas nós vemos, ainda hoje em dia, estas praças sendo usadas diuturnamente, porque inclusive à noite, existem já grupos formados que frequentam as mesmas, praticando inúmeras modalidades esportivas.

Eu acho que a iniciativa de vossa excelência, meu nobre deputado, é primordial. Nós realmente, quando digo nós, somos nós brasileiros, em particular nós paranaenses, estamos precisando de locais esportivos, mas não como disse vossa excelência, locais esportivos de luxo, que para se entrar num ginásio tenha que ter um uniforme que custa vinte mil cruzeiros, e mais tênis e não sei o que mais; todos esses aparatos inclusive, que se necessitam para prática esportiva.

Nós precisamos é de locais para darmos oportunidade àqueles que não têm poder aquisitivo.

Também me lembro e quero particularizar, meu nobre deputado, com o futebol, lembro-me quando criança que aqui em Curitiba íamos às casas, aos locais esportivos, aos estádios e lá chegando, à uma hora da tarde, já havia a prática futebolística, porque naquela ocasião então existia o juvenil, o amador, o aspirante e o profissional, e todos os jovens começavam a praticar o esporte, desde criança e quando faziam parte, quando tinham condições de fazer parte da equipe principal, já eram jogadores experimentados, jogadores que inclusive, já tinham entrosamento com seus companheiros nas suas equipes.

Hoje nós veremos, inclusive no Brasil, como vimos quinta-feira próxima passada, a vergonha do futebol brasileiro, que em canchas do nosso País, não conseguiu vencer a fraca equipe do Paraguai. Lembro-me também deputado, dos nossos bairros, com campeonatos locais e tomo como exemplo o meu bairro do Bacacheri.

Lá no Bacacheri nós tínhamos o time do Boa Vista, do Rosenau, da Vila Tingui, do Bacacheri, inclusive que foi o primeiro clube a excursionar no Paraná, antes até do Coritiba Futebol Clube, que o Atlético, ou antigo Ferroviário, hoje desaparecido.

Não existe mais o futebol de bairro. Não existe mais aquele laser para toda a população do bairro; uns jogando, outros indo ver e torcer para suas equipes. Hoje lamentavelmente, nada ou quase nada se vê dentro dos nossos bairros.

É por isso, nobre deputado, que nós parabenizamos mais uma vez, pela iniciativa de vossa excelência e tomara que o governo Richa ponha em prática a sugestão de vossa excelência.

Obrigado.

**O SR. MÁRIO PEREIRA** - Agradeço o aparte deputado Donato Gulin, e encerro senhor presidente e senhores deputados, dizendo que a vontade de servir, o entusiasmo, a força do querer mais do que o dinheiro, garantirão o sucesso do programa.

Assim, senhor presidente, senhores deputados, estaremos certos de que estamos trabalhando para o povo paranaense, principalmente, para a nossa juventude, herdeira maior do nosso futuro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** - No horário destinado ao PMDB, concedo a palavra ao senhor deputado Sabino Campos por 15 minutos.

**O SR. SABINO CAMPOS** - Senhor presidente e senhores deputados. (Lê):

"Em um período de apenas 19 anos, a partir de 1965, a produção paranaense de soja ascendeu de um modesto 13º lugar para vir a competir diretamente com o café pela primeira posição em nosso mercado.

Fenômeno semelhante, mas em produção diferentes, ocorreu em diversos outros estados brasileiros, principalmente no Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, levando nosso País a se constituir como o segundo produtor mundial de soja.

Diversos foram os fatores que contribuíram para este vertiginoso crescimento do soja no Paraná e no Brasil. Mas sem dúvida, o determinante foi a forte campanha da iniciativa à produção, através de recursos bancários, com juros subsidiados, para o custeio agrícola e para investimento em máquinas e conservação do solo. O soja passou a se constituir num dos grandes pilares de sustentação da política econômica do governo, política voltada para o mercado externo, principalmente através da exportação de alimentos.

A partir de 1979, com a crise econômica já se acentuando, o governo visando reduzir os subsídios ao crédito rural, a cada ano, aumentam as taxas nominais dos juros agrícolas. Os produtores começam a sofrer limitações nos recursos para o plantio. Da mesma forma, como o crédito de custeio, o crédito de investimento sofreu restrições quanto à sua concessão. Em função da necessidade de grandes investimentos em máquinas, implementos, calcário e conservação do solo, que a soja requer, estas restrições começaram a prejudicar a ampliação e manutenção da área de plantio.

As quedas verificadas nos últimos anos nos preços reais

da soja, o aumento dos custos de produção, inclusive das taxas de juros, e a queda da produtividade determinaram violenta queda na rentabilidade dos agricultores. A receita líquida do produtor em relação ao custo total passou de 77,2 por cento em 1979, para apenas 13,6 por cento em 1982.

Esta situação levou um número considerável de produtores a reduzirem a produção de soja ou venderem suas terras. A área plantada, de 1980 a 1982, apresentou um decréscimo de 400 mil hectares.

Entretanto, neste ano, devido a frustração da safra norte-americana que apresentou uma quebra de cerca de 20 milhões de toneladas, a soja sofreu uma majoração de 610 por cento nos últimos 12 meses, estimulando os produtores a ampliar a semeadura na safra de verão. Estímulo meramente conjuntural, mas que veio representar a salvação de boa parte dos produtores que se encontram completamente descapitalizados, face a violenta inflação gerada e alimentada pelo modelo econômico imposto pelo regime militar.

Diante do atual quadro internacional as perspectivas para as próximas safras de soja se apresentavam animadoras, com preços compensadores, o que contribuiria em muito para a capitalização dos produtores, reativação de um importante segmento da economia paranaense e nacional, além de um incremento importante em nossa balança comercial.

Mas, ficou a cargo do próprio governo jogar uma ducha de água fria nas perspectivas dos produtores. Duas medidas governamentais podem jogar por terra todo o esforço dos agricultores.

A primeira delas, anunciada pelo ministro da Fazenda, Ernane Galveas, em entrevista ao jornal "Gazeta Mercantil", corta completamente os subsídios à agricultura. "A partir do segundo semestre do próximo ano as taxas de crédito agrícola deverão ser colocadas em termos de mercado. A agricultura deverá estar totalmente liberada da dependência de créditos oficiais e de créditos subsidiados dos bancos comerciais".

Esta política será, no mínimo, desastrosa. O corte do subsídio, associado aos aumentos nos preços das máquinas e insumos, sempre superiores à inflação, provocará uma violenta redução na rentabilidade da lavoura de soja. Será um fator de desestímulo sobre as intenções de plantio dos produtores.

A outra medida cogitada em Brasília é a majoração do imposto de exportação, que atualmente se encontra no nível de 5 por cento. O Ministro da Agricultura, Amaury Stabile, na entrevista à "Gazeta do Povo", no mês passado, desmentiu essa possibilidade. Mas todos nós já sabemos que a negativa de um representante do governo é meio caminho para a sua confirmação. Não há como atribuir credibilidade a esses homens. Fatos anteriores já comprovaram que a fidelidade nas informações não é característica dos representantes do poder central, principalmente em se tratando dos ministros da área econômica.

Na realidade existe a intenção do governo Federal de investir na comercialização da soja, através do imposto de exportação.

Sobre essa intervenção, por demais perniciosa à nossa agricultura, precisamos aprofundar a nossa análise.

A interferência do governo na comercialização da soja e de seus derivados teria por objetivo estabelecer um certo grau de isolamento entre o mercado externo e o mercado doméstico, a pretexto de defender o consumidor contra altas excessivas de preços. Por essa razão, deveria ocorrer apenas em ocasiões ao que se registrasse alta significativa dos preços no mercado internacional ou quebra da safra nacional. Não é todavia o que vem ocorrendo. A intervenção governamental na comercialização da soja vem se tornando uma rotina, chegando a ocorrer antes mesmo do início da colheita.

Na prática o governo tem utilizado três instrumentos de

de política econômica para aplicar a intervenção: as quotas da exportação, o tabelamento e o imposto de exportação ou confisco cambial.

As quotas de exportação limitam a quantidade de soja a ser colocada no mercado externo. Em tese contribuiria para a estabilização interna dos preços ao aumentar a oferta doméstica do produto. Em consequência o governo perderia receita cambial em troca de uma elevação menos rápida dos preços no mercado interno.

O tabelamento é uma tentativa de conter os preços no mercado interno de forma artificial e, adotada isoladamente, não resulta em perdas de divisas para o país.

O imposto de exportação visa produzir, aproximadamente, os mesmos efeitos do sistema de quotas de exportação, com a diferença que para o governo gera uma receita orçamentária extra. Assim como as quotas, o imposto procura deprimir o preço no mercado interno. Quando isto ocorre o imposto é pago, em última instância pelo produtor rural, via achatamento em cadeia, dos preços.

No fundamental as três medidas têm em comum o fato de penalizarem direta e indiretamente o produtor agrícola, a provocarem a contenção dos preços domésticos da soja e de seus derivados. Isto porque a indústria e os intermediários procuram preservar sua margem de lucro, transferindo para o produtor grande parcela do ônus decorrente da intervenção governamental.

É justamente sobre o imposto de exportação que pretendemos deter nossa avaliação, pois é o instrumento que se encontra em vigor e o que mais malefício causa ao produtor.

Duas hipóteses podem ocorrer com a aplicação deste instrumento.

A primeira delas tem como exemplo típico o imposto de 7 por cento implantado no começo de 1977. Esse valor não cobria a diferença entre a cotação internacional e o preço interno. Resultado, o imposto não provocou rebaixamento no custo do complexo soja no mercado doméstico. A medida caracterizou-se apenas como um confisco de governo sobre as exportações, reduzindo ainda mais a margem de lucro do produtor.

Na outra hipótese, a exemplo do que ocorreu em fevereiro de 1980, com o imposto de 13 por cento, consegue-se um rebaixamento no preço do soja no mercado interno. Neste caso, os produtores caem numa verdadeira armadilha. Internamente os preços caem. Para exportar existe a restrição do imposto. Não podem esperar melhoria dos preços no mercado doméstico para vender sua colheita, porque não possuem condições de armazenamento, encontram-se descapitalizados e têm que honrar o compromisso financeiro assumido. São obrigados a vender a colheita, a preços inferiores à cotação internacional. E quem se beneficia são os grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais, que atuam no mercado de complexo soja, em conluio com o governo federal. Esses grupos comprometem parte da produção nacional e simplesmente aguardam a revogação do imposto, vendendo, então, a soja no mercado externo, com polpuda margem de lucros. Outra forma de especulação destes grandes grupos é através do próprio mercado interno. De posse de enormes estoques de soja eles retêm parte da produção em suas mãos, provocam escassez artificial do produto, distorcem informações sobre produção e consumo e forçam a elevação do preço para colocar o produto no mercado, e a preço muito superiores ao que pagaram aos produtores.

Em resumo. O imposto de exportação se revela completamente ineficaz para a finalidade de contenção do preço para o consumidor. Ele acaba funcionando apenas como um meio de expropriação do governo sobre os produtores, confiscando parte de sua colheita, e como instrumento de especulação dos grandes grupos econômicos protegidos pelo regime militar.

Diante destas ameaças que rondam a cultura da soja, a

fim dos subsídios e a majoração do imposto de exportação, só há uma saída: os produtores devem se organizar e reivindicar ao governo que não implante essas medidas. A experiência já demonstrou que a única forma do poder central dar ouvidos aos reclamos dos produtores é através de pressão. Exemplo disso nos foi dado pelos próprios produtores no início deste ano. Até 15 de março vigorava o imposto de exportação de 20 por cento. A custa de muita pressão dos agricultores de soja sobre os ministros da área econômica, conseguiu-se rebaixar o imposto para cinco por cento.

É imperativo, portanto, que os produtores de soja, junto aos outros agricultores, pressionem o governo federal para a implementação de uma política agrícola que efetivamente apóie o produtor, que lhe dê segurança, estabilidade, subsídio e garantia de preços justos. Que fiscalize rigorosamente a ação dos grupos econômicos que especulam no mercado. Uma política que controle o mercado interno através de estoques reguladores, mantidos pelo governo, e não através do confisco de parte da colheita do agricultor.

Caso isso não aconteça, veremos num futuro bastante próximo, parte considerável dos produtores engrossarem a trágica lista dos 150 mil proprietários rurais paranaenses, que perderam suas terras nos últimos anos."

Concedo o aparte ao nobre deputado Acyr Mezzadri.

O SR. ACYR MEZZADRI — Em primeiro lugar, deputado Sabino Campos, gostaria de cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento, e também deixar registrada, nesta Casa, a minha preocupação com a agricultura, ou seja, com o plantio da soja.

Foi batalha de campanha do presidente Figueiredo, dizendo que apoiaria totalmente a agricultura do Paraná e do Brasil. No entanto, a gente observa pela monocultura hoje, da soja, na política voltada inteiramente para as multinacionais, ou seja, tudo o que se consome ou tudo o que se aplica no plantio desta cultura, é oriundo do exterior. No entanto, o brasileiro, o paranaense, não sabe comer soja; não tem como hábito alimentar-se dessa cultura.

Isso entristece, e eu vejo o brilhantismo do seu pronunciamento.

Portanto, nobre deputado, parabéns, acho que essa bandeira deverá ser a bandeira do nosso partido, para que se tenha uma agricultura voltada para o nosso povo, para o povo brasileiro, para o povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do seu horário.

Havendo declinado, consulto à liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do sr. deputado Airton Cordeiro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Donato Gulin, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Hermas Brandão,

constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei número 149/83, constante da Ordem do Dia de hoje. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/83, que aprova a proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado para o triênio 1984/86. - Com parecer favorável da Comissão de Orçamento. - **Aprovado, artigo por artigo.** Este projeto retornará à Comissão de Orçamento para elaborar a Redação Final.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/83 (Mensagem e ex-Proposição número 01/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Santa Helena, visando obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. — Pronoroeste. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/83 (Mensagem e ex-Proposição n.º 24/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convenio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, que com a interveniência do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, objetiva a execução do Programa de Nutrição e Saúde no Estado do Paraná. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/83 (Mensagem número 23/83, ex-Proposição número 21/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio número 408/82, de 29 de dezembro de 1982, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Sudesul, objetivando execução de obras em conformidade com o Prodopar. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/83, (Mensagem e ex-Proposição número 05/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 20/10/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com os municípios de Guaratuba e Verê, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - Prosafras, no exercício de 1982. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/83 (Mensagem e ex-Proposição número 25/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio número 407/82, de 20/12/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a Sudesul, com a interveniência da Sucepar. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/83 (Mensagem número 22/83, ex-Proposição número 23/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos datados de 25/11/82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução do Prosafras no exercício de 1982. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/83 (Mensagem e ex-Proposição número 07/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os convênios

celebrados em 13/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - Pronoroeste. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/83 (Mensagem e ex-Proposição número 09/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, Eletrosul e o Município de Guaíra, objetivando melhorias operacionais no aeroporto do referido município. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/83 (Mensagem e ex-Proposição número 15/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o segundo termo aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do Prosafra, no exercício de 1982. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/83, (Mensagem número 18/83, ex-Proposição número 19/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o município de Ponta Grossa, objetivando a realização da II Feira de Novilhas dos Campos Gerais — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa atende e irá proceder à verificação de votação ao Projeto de Resolução 25/83.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — (Pela ordem) Solicito chamada nominal dos srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa atende e solicita do sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos srs. deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Será procedida a segunda chamada nominal.

(É procedida a segunda chamada nominal)

38 srs. deputados responderam à chamada nominal.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão e deliberação do Plenário.

A Mesa, em atendimento ao requerido pelo sr. deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, irá proceder a verificação de votação ao projeto de lei número 25/83; em votação; 38 srs. deputados aprovam; nenhum rejeita. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/83 (Mensagem número 20/83, ex-Proposição número 17/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Seplan (órgão da Presidência da República), objetivando a implantação e o aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/83 (Mensagem número 32/83, ex-Proposição número 30/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados em 07/02/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios e objetivos que especifica. - **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/83 (Mensa-

gem número 34/83, ex-Proposição número 33/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados em 20/01/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução de obras conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - Pronoroeste. - **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/83, (Mensagem e ex-Proposição número 37/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova termos aditivos a Termos de Cooperação Técnica e Financeira de 01/02/82, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e os municípios de Bom Sucesso, Borrazópolis, Itambé e Xambê, objetivando execução do Prosafra, no exercício de 1982. - **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/83 (Mensagem número 35/83, ex-Proposição número 36/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios de Bocaiúva do Sul, Imbituva e Rebouças, objetivando execução do Prosafra, no exercício de 1982. - **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Odeni Mongruel, e subscrito também por demais srs. deputados, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José Gomes do Amaral, ocorrido no dia 21 de outubro do corrente ano, no município de Cascavel. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José Gomes do Amaral, ocorrido no dia 21 de outubro do corrente ano, no município de Cascavel. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José Gomes do Amaral, ocorrido no dia 21 de outubro do corrente ano, no município de Cascavel. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José Gomes do Amaral, ocorrido no dia 21 de outubro do corrente ano, no município de Cascavel. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Gregório Bezerra, ocorrido no dia 22 de outubro do corrente ano, na cidade de São Paulo. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Dante Werneck Violani, ocorrido no dia 21 de outubro do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Juvenal Borges, ocorrido no dia 23 de outubro do corrente ano, no município da Lapa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Associação dos Empresários do Centro Industrial de Araucária, pela sua fundação e organização. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando Regime de Ur-

gência ao Projeto de Lei número 182/83, que altera a lei que institui o FEPPA. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Segurança Pública, visando a efetivação das devidas medidas para a criação e instalação de uma Subdivisão Policial, com sede no município de Ivaiporã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Adhail Sprenger Passos, subscrito por demais srs. deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. coordenador da bancada do PMDB no Congresso Nacional, no sentido de estabelecer parâmetros de apoio à Política Nacional de Informática. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e secretária da Educação, encarecendo urgência e prioridade de uma suplementação orçamentária destinada à Casa dos Estudantes do Paraná. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. Governador do Estado e Secretário da Saúde, encarecendo seja colocado no Plano de Investimentos à construção do Hospital Municipal no Município de Kaloré. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. Governador do Estado e secretário dos Transportes, encarecendo urgência e prioridade na execução da obra de pavimentação asfáltica do trecho que liga os municípios de Santa Fé a Nossa Senhora das Graças. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e secretário dos Transportes, encarecendo urgência e prioridade na execução da obra de pavimentação da estrada que liga os municípios de Kaloré a Juciara, bem como o cascalhamento da estrada que liga os municípios de Kaloré - Meloca - Juciara. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e secretária da Educação, encarecendo urgência e prioridade quanto à execução do Programa Asfáltico às ruas e alamedas existentes dentro do Campus da UEM, no município de Maringá. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e secretário dos Transportes, encarecendo urgência e prioridade na execução da pavimentação das ruas do distrito de Iguatemi, bem como do acesso à Fazenda Experimental da UEM, no mesmo distrito, no município de Maringá. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, encarecendo equipamentos gerais para a Delegacia de Polícia, bem como uma viatura para o Distrito de Malu, no município de Terra Boa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a implantação de uma agência do IPE no município de Terra Boa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo o envio de materiais para o Colégio Carlos Gomes - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no município de Ubiratã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Copel, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a iluminação de uma quadra de esportes no Colégio Estadual Duque de Caxias, no município de Goioerê. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente; solicitando voto de congratulações à sra. vereadora Claudete David, por tornar-se recentemente a nova integrante da Câmara Municipal de Vereadores do município de Engenheiro Beltrão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, encarecendo sejam tomadas providências através do DER, no sentido de que seja efetuado o cascalhamento da estrada que liga os municípios de Planalto e Pérola D'Oeste. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ervin Bonkoski, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do leito da estrada primária que liga o município de Rio Negro ao limite do município de Piên. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da crônica jornalística publicada na edição do dia 23 de outubro do corrente ano na Gazeta do Povo, de autoria do suplente de deputado federal Carlos Nasser. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, encarecendo a regulamentação da obrigatoriedade de autorização para quem deseje efetuar oferendas ritualísticas em praias, matas, campinas, cachoeiras, rios etc. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao sr. governador do Estado, no sentido de que seja determinado aos órgãos da administração direta ou indireta do Estado, a maior presteza na resposta a pedidos de informações feitos por membros desta Casa, nos termos do que dispõe a legislação atinente. - **Aprovado.**

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela ordem) Sr. presidente. O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. presidente, para não perder o prazo para verificação de votação, eu desejaria que a Mesa informasse se sobre a mesa existem mais dois requerimentos do deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa a vossa excelência que ainda dependendo de apreciação pelo Plenário e com discussão adiada, dois requerimentos de autoria do deputado Osvaldo de Alencar Furtado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa consulta ao líder do PMDB se havia pedido verificação. Está **APROVADO.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao sr. secretário das

Finanças, quanto à confecção de Guias de Recolhimento - G.R. na cidade de Bauru, Estado de São Paulo. Está em discussão.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para discutir, concedo a palavra ao sr. deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. presidente, srs. deputados.

É ensinamento de que o silêncio é a confirmação da denúncia. Muitos foram os requerimentos por nós formulados a este Parlamento, ao Governo do Estado do Paraná. Apenas um recebemos por escrito, não através deste Poder, mas através de correspondência que nos foi dirigida pelo secretário de Finanças e através da imprensa a resposta a um dos nossos muitos pedidos de informação.

Quanto a este pedido posto em discussão, a resposta recebida nos deixa satisfeitos por enquanto. E retiramos de discussão para acrescentar e lamentamos profundamente não havermos recebido resposta do pedido de informação também formulado através do governador do Estado ao secretário de Finanças. Da sua participação por exemplo, como membro de uma companhia ou de uma empresa multinacional.

Lamentamos não haver recebido resposta do uso de telefone do Estado em sua moradia ou em sua residência. Lamentamos que este secretário de Segurança Pública não tenha respondido à indagação formulada por esta Casa, de viagem de funcionários seus a Miami, mais precisamente.

Lamentamos que os muitos pedidos de informação formulados ao Governo através, diretamente ao Badep, como é o caso dessas empresas cujas denúncias formulamos deste Plenário, a empresa Servix e a empresa Castelo, já no princípio do funcionamento deste Parlamento ou das sessões plenárias nós já enderecávamos ao governo estes pedidos de informações até hoje não respondidos. Daí a apresentação deste anterior pedido de informações que foi aprovado por este Plenário, solicitando ao governo do Estado que determine providências urgentes para que os pedidos sejam realmente respondidos, porque se não recebermos respostas, haveremos de dizer, o silêncio, na sabedoria popular, confirma o crime.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa pede escusas ao ilustre deputado, mas entendeu que vossa excelência havia pedido a retirada desse requerimento.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e está retirado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25/83.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 34/83.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 35, 37, 38, 39 e 40/83, e dos Projetos de Lei números 87, 154, 164, 165 e 167/83.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE OUTUBRO DE 1983.**

#### E A MANTEIGA, GOVERNADOR?

*Cenário: um bar de esquina. Personagem: um brasileiro de "baixa renda" (Que aliás não é renda, mas salário de fome mesmo). Ação: o nosso personagem pede uma média acompanhada do seu par constante: o pão com manteiga. Preço? Duzentos e vinte cruzeiros. Enquanto ele mastigava o pão e bebia a média, perguntei quanto gastava para vir de casa ao trabalho. A resposta, sem ênfase ou amargura, veio rápida: duzentos e dez cruzeiros. Suponhamos que este brasileiro receba um salário mínimo. Isto quer dizer que ele deve ganhar mais ou menos mil cruzeiros por dia. Agora façamos uma singela conta de somar: média e pão com manteiga, Cr\$ 220, mais Cr\$ 210,00 do transporte: Cr\$ 430,00 ou 43 por cento do seu salário-dia. E o resto? E o dinheiro para uma razoável refeição, para a roupa, para o aluguel, luz, água e imposto? E, Deus o livre, para o remédio?*

*Somo o leitor deve ter notado, não mencionei a família - mulher e filhos - do bravo personagem. Feliz ou infelizmente, ele a possui. Não tive coragem de perguntar como a sua família vivia, mas pergunto agora: onde mora, o que come, o que bebe, como se veste esta família? Para eles sobram Cr\$ 570 por dia.*

*Cenário: a sala de estar de uma família classe média. Personagens: a mulher, marido, um dos filhos e o autor destas linhas. Ação: tomávamos o famoso "café com mistura", quando reclamei pelo queijo de Palmeira. Antes que algum membro da família pudesse dizer alguma coisa, a velha e íntima empregada entreviu e explicou: não tem mais, está muito caro. Após o café, fomos ver, um pouco de televisão. E o que nos serviram, em cores brilhantes, como sobremesa? A inenarrável e secular miséria nordestina. Claro, nenhuma novidade para o cidadão consciente. Mas, o que dizer, como reagir às imagens de uma família que se alimenta de ratos? Depois de lembrarmos esta cena, que não ficaria deslocada num filme tipo "Mundo Cão", passamos às "amenidades".*

*Em 1973, o primeiro choque do petróleo anunciou o fim do "milagre". O segundo choque em 1979, foi o dobre de finados do dito cujo. Agora, em 1983, descobrimos que o país está quebrado: não paga em dia os seus brutais compromissos, está sem dinheiro em caixa e praticamente sem crédito, a nossa inacreditável vidia ultrapassará facilmente a barreira, cem bilhões de dólares, recorde absoluto e de longa vida. O que fazer? Enquanto a crise econômica continua rolando a dívida lá fora, aqui dentro fazemos o possível, exportamos soja pura para engordar os porcos da Califórnia e a comunidade financeira internacional e comemos ratos, apertamos um pouco mais os cintos e a cada três minutos morre de fome uma criança no Ceará. Quantos ratos ainda comeremos para honrarmos os nossos compromissos com os banqueiros?*

*E O PMDB, o que faz o PMDB? Pode estar perguntando o leitor. É uma boa pergunta, muito oportuna. O nosso partido, apoiado pela imensa maioria da população, conquistou muitos espaços, mas ainda não chegou na sala de comandos. Estes espaços são necessários mas não suficientes. E sempre*

*é bom lembrar que o Richa não neutraliza em seis meses uma cadeia de erros de quase 20 anos. É impossível o governador multiplicar as médias e os pães com manteiga. E nem segurar a inflação do Delfim, enfrentar os banqueiros, encarar o FMI e baixar os juros.*

*Mas o Richa faz o que pode. E não é pouco. E o PMDB denuncia, ataca, mostra os erros, apresenta alternativas, dá exemplos nos Estados e municípios em que venceu. Principalmente o PMDB está ao lado do povo. A luta apenas começou.*  
*(Carlos Nasser, suplente de deputado federal).*